

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS-CCJ
CURSO DE DIREITO

CHAYENNE PEREIRA DOS SANTOS

**REFORMA TRABALHISTA: A inconstitucionalidade do *quantum* indenizatório
extrapatrimonial por critério da percepção salarial do trabalhador**

SANTA RITA
2017

CHAYENNE PEREIRA DOS SANTOS

**REFORMA TRABALHISTA: A inconstitucionalidade do *quantum* indenizatório
extrapatrimonial por critério da percepção salarial do trabalhador**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas
da Universidade Federal da Paraíba, como
exigência parcial para obtenção do título de
bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof.º Me. Guthemberg Cardoso Agra
de Castro

SANTA RITA

2017

Santos, Chayenne Pereira dos.

S237r Reforma Trabalhista: a inconstitucionalidade do quantum indenizatório
extrapatrimonial por critério da percepção salarial do trabalhador /
Chayenne Pereira dos Santos. – Santa Rita, 2017.
63f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.
Orientador: Prof^o. Me. Guthemberg Cardoso Agra de Castro.

1. Dano Extrapatrimonial. 2. Reforma Trabalhista. 3.
Inconstitucionalidade da Delimitação. I. Castro, Guthemberg Cardoso Agra
de. II. Título.

CHAYENNE PEREIRA DOS SANTOS

REFORMA TRABALHISTA: A inconstitucionalidade da quantificação do dano extrapatrimonial por critério da percepção salarial do trabalhador

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof.º Me. Guthemberg Cardoso Agra de Castro

Banca Examinadora:

Data da Aprovação: 06 / 11 / 2017

Prof.º Me. Guthemberg Cardoso Agra de Castro Orientador

Prof.º Me. Demétrius Almeida Leão

Prof.º Me. Henrique Lenon Farias Guedes

Aos trabalhadores deste país, por serem a fonte inspiradora desta obra jurídica e futuros beneficiados.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela força diária e coragem de continuar prosseguindo no caminho cheio de realizações e bênçãos.

Aos meus pais, Maria José e Onaldo Pereira, que sempre lutaram para proporcionar o melhor dentro de seu limites.

Às minhas irmãs, Enne Pereira e Rayanne Pereira, as quais amo incondicionalmente e proporcionam-me alegrias diversas.

Ao meu sobrinho, Antônio Neto, futuro trabalhador.

Ao meu queridíssimo Orientador, Professor Me. Guthemberg Cardoso Agra de Castro, pelo carinho, dedicação, confiança, orientações, retificações, incentivos.

À minha amada amiga Professora Mônica Dias Palito, a qual tive o grandioso prazer de dividir o mesmo espaço na Comissão Própria de Avaliação da UFPB, além de ter sido um presente divino conhecê-la, assim como também toda a equipe componente desta comissão.

Aos Professores do Curso de Direito Santa Rita (DCJ), os quais foram essenciais para minha formação acadêmica e como pessoa.

Aos amigos que fiz ao longo do Curso de Direito, os quais quero sempre tê-los comigo, pelo companheirismo.

Aos amigos que fiz durante o Programa de extensão ProCaBip, assim como também a eficiente Coordenadora deste projeto, Carmem Amorim Gaudêncio.

Aos amigos que fiz durante todos os estágios jurídicos, em especial aos da Caixa Econômica Federal que partilharam comigo grandes momentos.

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei, ei
Ei, ei, ei, ei, ei, ei, ei.

Música: A Estrada
Letra: Cidade Negra

RESUMO

A presente monografia propõe-se a analisar a delimitação salarial do *quantum debeatur* trazida pela reforma trabalhista, em seu novo art. 223-G, o qual não compreende critérios peculiares do caso concreto, ocasionando, dessa maneira, uma transgressão aos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Frente a tal problemática, cabe ao Poder Judiciário lidar com essa celeuma jurídica e mesmo assim deverá resguardar os fundamentos constitucionais e princípios basilares do direito do trabalho. A temática tratada ainda não possui nenhuma base doutrinária tendo em vista a recente e abrupta aprovação da lei que se reveste de caráter flexibilizador das normas laborais. Foi empreendida como técnica de pesquisa a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica, julgados dos tribunais e normas espaciais do ordenamento jurídico, abrangendo os tratados e convenções trabalhistas ratificados pelo Brasil. Após a análise dos argumentos fundamentadores da proposta é perceptível que essa inovação legislativa vai de encontro aos interesses dos trabalhadores, além do mais se revela como impedimento para o processamento judicial com justiça.

Palavras-chave: Dano extrapatrimonial, Reforma Trabalhista, Inconstitucionalidade da delimitação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	9
1.1. A responsabilidade civil e suas características	9
1.2. Natureza jurídica	11
1.3. Espécies da responsabilidade civil	12
1.4. Elementos caracterizadores da responsabilidade civil	13
1.4.1. Conduta humana	13
1.4.2. Culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	14
a) A conduta dolosa	14
b) A conduta culposa	14
1.4.3. Nexo de causalidade	15
1.4.4. Dano ou prejuízo	16
a) Dano patrimonial	16
b) Dano extrapatrimonial	18
2. DANO EXTRAPATRIMONIAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO	19
2.1. Dano moral na relação de trabalho	19
2.1.1. Dano moral na fase contratual	24
2.1.2. Assédio moral	26
2.1.3. Assédio sexual	29
2.1.4. Acidente de trabalho	31
2.1.5. Dano existencial na relação de trabalho	35
3. VALORAÇÃO DO DANO E ESTABELECIMENTO DO <i>QUANTUM DEBEATUR</i>	37
3.1. Critérios avaliados na quantificação do dano extrapatrimonial	38
3.2. A vedação à Indústria do Dano Moral	40
3.3. O <i>Jus Postulandi</i> e o dano extrapatrimonial na seara trabalhista	44
3.4. A limitação do dano extrapatrimonial através do artigo 223-G da CLT sob a égide Constitucional	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo analisar a quantificação da reparação por dano extrapatrimonial na relação de trabalho através do salário percebido pelo empregado, à vista disso, tal inovação legislativa foi engendrada pela Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista), mais especificamente em seu art. 223-G, §§ 1º e 2º, da referida lei.

Entretanto, tais justificativas objetivam promover uma reforma legislativa no âmbito laboral, dessa maneira, é imprescindível estabelecer parâmetros adequados para que o fenômeno da flexibilização trabalhistas não ultrapasse os limites constitucionais previstos e os princípios do direito do trabalho.

A Reforma Trabalhista possui sua obliquidade na flexibilização dos direitos laborais e preponderância do diálogo (acordado sobre o legislado). Esse discurso funda-se na transformação mercadológica do capitalismo contemporâneo para a geração de novos empregos e postos de trabalhos, sendo o vetor principal dessa dita modernização.

Com esse viés, busca-se tecer aspectos introdutórios sobre o dano moral *lato senso*, o qual sofreu grande resistência na justiça do trabalho para ser aplicado, e até hoje sofre limitações quando se trata de sua monetarização. Mas, desde já, registra-se que foi nesta justiça especializada a fonte do desenvolvimento deste instituto jurídico da responsabilidade.

O ressarcimento do dano extrapatrimonial tende a se materializar através do dano moral e este, por sua vez, é uma realidade jurídica palpável no ordenamento jurídico vigente. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo que qualquer pessoa vítima de lesão a direitos de natureza não patrimonial deve receber uma soma que lhe compense a dor e a humilhação sofridas (art. 5º, incisos V e X, CF/88).

Após esta breve explanação das características pertinentes à responsabilidade jurídica, no segundo capítulo é realizada uma abordagem de critérios para se proceder com a quantificação do dano extrapatrimonial na seara jurídica trabalhista, tanto através da doutrina, quanto de julgados dos tribunais desta justiça laboral.

Nessa conjectura jurídica, ao se analisar o requerimento de reparação não patrimonial, o juiz está encarregado de apreciar, valorar e arbitrar o valor do ressarcimento do dano dentro do pedido contido na exordial, uma vez que não existe

um critério legal, objetivo e tarifado para que haja a sua fixação, mas toda avaliação vai depender do caso concreto.

A superação dessa celeuma jurídica acerca da quantificação de prejuízos extrapatrimoniais parece estar superada com o advento da inovação legislativa trazida pela Reforma Trabalhista, com seus art. 223-G, §§ 1º e 2º que irá compor a CLT e passará a ter validade no início de novembro de 2017, assim é tratado no terceiro e penúltimo capítulo.

No entanto, ao se analisar este disposto em comento, é percebido uma incongruência de caráter constitucional, por prever uma limitação à reparação não patrimonial através do salário percebido pelo empregado, entrando em conflito, dessa maneira, com os princípios basilares deste país, da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

Ademais, essa restrição legal do dano moral desconsiderou o poder econômico do ofensor e transgrediu ao princípio da isonomia quando delimitou sua reparação nos mesmos parâmetros, da reparação do dano extrapatrimonial sofrido, tanto pelo empregado, como pelo empregador.

Assim, registra-se que diante dos argumentos apontados, a melhor doutrina mostra-se acertada quando entende pela quantificação do dano extrapatrimonial por equidade judicial.

Contudo, ao designar o valor do ressarcimento, o julgador não pode fixar um valor insignificante, sob pena de incorrer em uma nova humilhação à vítima e até mesmo fomentar futuras práticas do ofensor, assim como também, não poderá ser um valor exorbitante, para que não haja o locupletamento.

O juiz frente ao caso concreto, por mais difícil que esse seja, não pode se eximir de julgar, e deverá sempre agir consoante aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e imparcialidade.

Desse modo, o dano moral, encontra-se na esfera individual da pessoa que o sofreu, indo além do patrimônio e passando a ser uma incógnita quando se fala na sua quantificação. Diante disso, os operadores do direito utilizam-se de algumas técnicas objetivas (o poder aquisitivo do ofensor, repercussão do dano, prejuízo causado pelo dano) na configuração e designação do *quantum* indenizatório.

Para tanto, destaca-se que não subsiste, até o presente momento, nenhuma doutrina específica sobre essa inovação legislativa. Logo, o sistema operacional

utilizado para a procedência deste trabalho inclinou-se sobre: o levantamento bibliográfico; precedentes de tribunais, que versam a respeito desta temática; bem como a utilização do método dedutivo, para concluir a respeito da problemática que se funda o presente trabalho.

É verdade que o juiz tem a função de julgar os conflitos sociais que lhe são apresentados, dentro nas normas legais vigentes. Todavia, este mesmo juiz tem o dever intrínseco de julgar justo quando perceber que a norma vigente não se apresenta com retidão ao caso concreto.

Por isso é levado em consideração a hipótese de os julgadores trabalhistas não procederem com a aplicação delimitadora do dano não patrimonial pelos entendimentos aqui apresentados.

E assim, esta produção acadêmica mostra-se relevante frente à inusitada inovação legislativa, a qual merece ser estudada e amplamente debatida no seio social. Em atenção a isso, essas repercussões são de suma importância em face dos direitos e garantias trabalhistas. Claramente, a discutida reforma não pode ser um instrumento para promoção da injustiça e do retrocesso social.

Por fim, a quarta parte debruça-se sobre as considerações acerca do conflito normativo apresentado, no que tange a delimitação pontuada no novo dispositivo delimitador do dano extrapatrimonial da CLT e os princípios constitucionais.

Salienta-se que esta pesquisa acadêmica não tem a pretensão de realizar o esgotamento de toda a matéria, dессarte sua própria complexidade não permite. Entretanto, o objetivo de apresentar as implicações práticas trazidas pelo novo art. 223-G, §§ 1º e 2º da CLT, refletirá nas decisões para definição do *quantum* percebido pelo ofendido.

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Antes de adentrar no ponto que motivou a realização deste trabalho, é necessário realizar uma abordagem geral das noções de responsabilidade civil. Por conseguinte, trata-se de uma interdisciplinaridade entre ciências (Direito Civil e Direito do Trabalho), ficando, assim, sistematizado o raciocínio do assunto que será aqui abordado.

É obvio que a noção de responsabilidade está para além de uma mera discussão jurídica, pois envolve relações humanas num âmbito coletivo. Desse modo, evidencia-se a ligação entre o campo ético e moral fazendo com que o indivíduo arque com as consequências de suas ações, coadunando com esse entendimento versa Carlos Roberto Gonçalves:

[...] ideia de restauração de equilíbrio, de contraprestação, de reparação de dano. Sendo múltiplas as atividades humanas, inúmeras são também as espécies de responsabilidade, que abrangem todos os ramos do direito e extravasam os limites da vida jurídica, para ligar a todos os domínios da vida social. (GONÇALVES, 2011, p.13).

Sabe-se que a configuração do dano moral pelo direito brasileiro foi uma grande conquista na sociedade e, atualmente, a jurisprudência vem se flexibilizando quanto a sua aplicação. Contudo, essa forma de reparação ainda encontra barreiras na sua quantificação, uma vez que depende de uma análise subjetiva que um julgador aplicado ao caso concreto.

1.1. A responsabilidade civil e suas características

A palavra responsabilidade deriva do latim *Respondere*, cujo significado atribui ao sujeito responsabilidade, diante de uma conduta (comissiva ou omissiva), seja ela dolosa ou culposa, que cause algum dano a outrem, passando a ter a obrigação de responder por tal, assumindo as consequências que este ato tenha causado, assim conceitua Maria Helena Diniz:

O autor de ato ilícito (CC, arts. 186 e 187) terá responsabilidade subjetiva pelo prejuízo que, culposamente, causou, indenizando-o. Seus bens ficarão sujeitos à reparação do dano patrimonial ou moral causado [...] dever transmissível aos herdeiros, que por eles responderão até os limites das forças da herança. (DINIZ, 2015, p.85)

Fazendo uma breve abordagem histórica, o dano dentro da seara da responsabilidade civil, sempre foi tratado por diversos povos da antiguidade com um viés de justiça social. Entretanto, ao observar os registros antigos nota-se que existia a preocupação em tratar a reparação, como exemplo, o Código de Hamurabi (século XVIII a.C) que trazia consigo o castigo-espelho, tão conhecido vulgarmente como "olho por olho, dente por dente", além desse, também podem ser citados o Alcorão (século XVII d.C) e a própria Bíblia Sagrada (século XVI a.C a século I d.C).

Com o decorrer do tempo, as visões dadas ao instituto da responsabilidade foram sendo aprimoradas por cada sociedade e adaptadas conforme suas conveniências. Há também de se destacar que essa matéria ainda sofre diversas transformações e entendimentos.

Essa incumbência civil pode ter como fato gerador a contratualidade (negócio jurídico bilateral ou unilateral em que se configura o adimplemento ou da mora no cumprimento de qualquer obrigação) ou a extracontratual (não preexiste uma relação entre as partes), sendo esta conhecida como aquiliana, assim observa Silvio Rodrigues:

Uma outra questão de alta relevância, que desde início se impõe, é a da distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, pois uma pessoa pode causar prejuízo a outra tanto por descumprir uma obrigação contratual como por praticar outra espécie de ato ilícito. De modo que, ao menos aparentemente, existe uma responsabilidade contratual, diversa da responsabilidade extracontratual, também chamada aquiliana. (RODRIGUES, 2003, p.8)

Com isso, pode-se dizer que ao responsabilizar o agressor e reparar a vítima, trata-se de garantir e, ao mesmo tempo, ratificar um direito inerente à condição humana. Posto que, a negativa do ressarcimento seria o mesmo que negar tal direito.

No direito positivo brasileiro, existe regra específica sobre a matéria, sendo a principal delas o Código Civil de 2002, em seu art. 927 cumulado com os arts. 186 e 187, transcritos logo abaixo:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Logo, evidencia-se que a responsabilidade civil serve de proteção à esfera jurídica das pessoas, dado que se deriva dos fundamentos basilares do Estado Democrático de Direito Brasileiro, isto é, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e igualdade.

1.2. Natureza jurídica

Após realizar uma análise dos aspectos preliminares fundamentais da responsabilidade, demonstra-se importante realizar uma abordagem acerca da natureza jurídica deste instituto.

A responsabilidade civil decorre de uma transgressão da ordem jurídica, que ocasiona um desequilíbrio social, ou até mesmo uma imposição da norma jurídica em função do risco da atividade lícita exercida, por existir um potencial de previsibilidade.

Ao analisar a natureza jurídica deste instituto, percebe-se que não há uma pacificação no entendimento dos especialistas, quanto a sua classificação. Neste caso, a abordagem traz uma junção dos melhores entendimentos, os quais se coadunam ao uma singularidade mais completa.

Dessa forma, pode-se dizer que a responsabilidade possui um caráter de natureza tríplice, por proporcionar múltiplas funções na sua aplicabilidade: a punitiva do ofensor, a compensatória do dano à vítima e, por fim, a desmotivação social da conduta lesiva.

A primeira funcionalidade visa sancionar o ofensor proporcionando uma diminuição do seu patrimônio para ressarcir o ofendido, já que o arrependimento do agente causador do dano é uma consequência subjetiva.

A função compensatória busca a reparação e o conforto da vítima frente ao sofrimento e/ou perda que lhe foi ocasionada repercutindo em sua vida privada e social, tentando restabelecer o *status quo ante*, caso seja possível.

Já a repressiva, compreende um caráter psicológico, fazendo com que o agressor não volte a incidir novamente ou até mesmo sirva de exemplo para que outras pessoas não a cometa.

A partir dessas constatações, salta aos olhos que a reparação deve sempre estar atrelada ao caráter disciplinador, o qual não se restringe apenas a uma pena, mas a uma repressão quanto à reincidência (teoria *punitive damage*), conforme aduz Nelson Rosenvald:

No que pertine aos *punitive damages* – modelo jurídico celebrado na experiência estadunidense –, eventual pena civil fixada pelo magistrado em razão de ilícitos aquilianos, não se restringirá a atender interesses particulares da vítima. Muito pelo contrário, para além de uma mera lesão a uma obrigação pré-constituída, a finalidade primária da pena civil é preventiva e dissuasiva, objetivando tutelar o interesse geral de evitar que o potencial ofensor pratique qualquer comportamento de perigo social. Isso é, o interesse do particular só será relevante enquanto coincidir com o interesse público de intimidar uma pessoa natural ou jurídica, por média de desestímulo, a adotar um comportamento que não coloque em risco interesses supraindividuais. (ROSENVALD, 2013, p.44).

Em um ambiente coletivo, por exemplo, em que o empregador ofende moralmente um empregado, e este ao ajuizar uma demanda pleiteando uma reparação e obtendo a condenação, conseqüentemente, o agressor tende a deixar de praticar condutas ofensivas contra a moral de outros empregados desta mesma empresa.

Dessa maneira, resta evidente que a natureza jurídica do instituto da responsabilidade civil, muito embora possua uma característica sancionadora, seu cerne encontra-se no caráter reparador. Outrossim, há de se destacar que o caráter disciplinador só será possível quando cabível a reparação.

1.3. Espécies da responsabilidade civil

A classificação da responsabilidade civil é tratada pela doutrina como sendo de duas formas, a objetiva e a subjetiva.

Esta última depende da existência de dolo ou culpa por parte do agente causador do dano. Por conseguinte, o direito ao ressarcimento só se constitui quando comprovado o dolo ou a culpa do agente causador do prejuízo. Ficando,

portanto, ao encargo da vítima a comprovação do dolo ou da culpa, caso contrário não é possível a reparação.

Já a responsabilidade objetiva não depende da comprovação do dolo ou da culpa do agente causador do dano, apenas do nexo de causalidade entre a sua conduta e o dano causado à vítima. Isso porque, tal responsabilidade encontra embasamento na teoria do risco, que atribui o dever de reparação em razão da ocorrência de um dano.

A teoria do risco foi desenvolvida em face do alto risco de determinadas atividades e pela impossibilidade prática de se provar a culpabilidade, em certas circunstâncias, mesmo que o agente causador não tenha agido com dolo ou culpa, este deverá promover a reparação do dano causado.

1.4. Elementos caracterizadores da responsabilidade civil

Primeiramente, cabe pontuar que não existe unanimidade doutrinária quanto aos elementos estruturantes da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar. Contudo, Flávio Tartuce apresenta de forma completa a existência de quatro pressupostos:

Diante da importância desses quatro elementos acima descritos, far-se-á uma breve apresentação sobre cada um deles.

1.4.1. Conduta humana

A conduta humana pode ser uma ação (conduta positiva) ou omissão (é necessária a existência do dever jurídico de praticar determinado ato), lembrando que o comportamento caracteriza-se por dolo e a culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

Ainda quanto à conduta comissiva, cabe destacar que para sua configuração ainda tem de se demonstrar que, caso a conduta fosse praticada, dentro de uma hipótese provável, o dano poderia ter sido evitado.

De qualquer forma, fica claro, por fim, que se deve reparar o dano injusto ocasionado, pois a violação é resultante de uma ilicitude, que acarreta ofensa à norma jurídica e ao princípio *Neminem Laedere* (não prejudicar o outro).

1.4.2. Culpa genérica ou *lato sensu*

A culpa genérica engloba o dolo e a culpa *stricto sensu*, observe:

a) A conduta dolosa ocorre quando a violação da norma jurídica é completamente intencional e tem como objetivo de prejudicar outrem. Nesse ínterim, conclui Gonçalves que a teoria da causalidade adequada é a adotada pelo Código Civil de 2002, pois:

Somente considera como causadora do dano as condições por si só aptas a produzi-lo. Ocorrendo certo dano, temos de concluir que o fato que o originou era capaz de lhe dar causa. Se tal relação de causa e efeito existe sempre em casos dessa natureza, diz-se que a causa era adequada a produzir o efeito. Se existiu no caso em apreciação somente por força de uma circunstância accidental, diz-se que a causa não era adequada. (GOLÇALVES, 2011, p. 386).

Para tanto, quando se trata de uma reparação, havendo o dolo, por regra, o agente deverá arcar integralmente com a indenização na medida de sua culpabilidade, sem qualquer redução.

b) A conduta culposa, ao contrário da dolosa, esta pode ser definida como aquela em que o agente agressor não tem a intenção de violar o dever jurídico, porém o resultado involuntário é de dano, nesse sentido traz José de Aguiar Dias:

A culpa é a falta de diligência na observância de certa norma de conduta, isto é, desprezo, por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado não objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração das consequências eventuais da sua atitude. (DIAS, 1960, p.120)

Assim, a doutrina traz três elementos caracterizadores da culpa *stricto sensu*: a imprudência (culpa *in comittendo*), aqui o agente não age com cuidado ao dirigir sua ação; a negligência (culpa *in comittendo*), nesta o agente não age com cuidado e opera com omissão; a imperícia, por fim, nesta ocasião o ofensor não tem qualificação técnica adequada para agir em determinada função, e acaba causando algum dano à terceiro.

1.4.3. Nexo de causalidade

O nexo de causalidade é o elo entre a conduta do agente e a dano causado, assim traz Sérgio Cavalieri Filho:

Trata-se de noção aparentemente fácil, mas que, na prática, enseja algumas perplexidades [...]. O conceito de nexo causal não é jurídico; decorre das leis naturais. É o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado. (CAVALIERI F., 2002, p.101)

Apreende-se que no âmbito da responsabilidade civil, toda lesão ocasionada faz-se necessária a presença do nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano por ele produzido, desde que ausentes as causas excludentes da responsabilidade.

O nexo causal explica-se com base em três teorias: equivalência das condições, causalidade adequada e causalidade direta.

Para a teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*) o elemento causal será todo o antecedente que, de alguma forma, tenha contribuído na cadeia de fatos que corroborou com o prejuízo. Mas, seguindo esta linha de intelecção, poderia levar a sua investigação ao infinito, não sendo abraçada pelos especialistas.

Em contrapartida com essa corrente, tem-se a teoria da causalidade adequada que de acordo com um juízo de probabilidade, apenas o antecedente abstrato estará apto à produção do prejuízo, necessitando do entendimento judicial para considerar causa.

Por outro lado, há a teoria da causalidade direta ou imediata, a qual compreende que a interrupção do nexo de causalidade por um fato superveniente, ainda que relativamente independente da cadeia dos acontecimentos, cessaria o elo.

Contudo, a doutrina majoritária brasileira inclina-se em adotar a teoria da causalidade adequada por melhor satisfazer as perspectivas traçadas pela responsabilidade civil.

Desta maneira, é notável que se existir o dano sem que sua causa esteja relacionada com o comportamento do hipotético agressor, inexistente a causalidade, não havendo, portanto, a obrigação de reparação.

Antes de concluir este tópico, cabe registrar que existem situações envolvendo as excludentes de nexo de causalidade, sendo: fato de terceiro, caso fortuito ou força maior, exercício regular de direito, estrito cumprimento de dever legal, culpa exclusiva da vítima, a legítima defesa, o estado de necessidade.

1.4.4. Dano ou prejuízo

O dano será a consequência prática engendrada pela conduta humana, já que não há de se falar em reparação se não houver prejuízo.

Conceitua-se, então, o dano como sendo a subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral. (CAVALIERI F., 2002, p. 95-96)

Diante dessa conceituação sobre o dano, pode-se dizer, portanto, que o dano é o prejuízo suportado pela vítima na sua esfera objetiva (patrimonial) e/ou na sua esfera subjetiva (extrapatrimonial).

Além de demonstrar a culpa *lato sensu* e a configuração do nexo de causalidade, a vítima terá que comprovar o dano, cabendo frisar que é plenamente possível a cumulação desses dois danos, os quais serão tratados a seguir.

a) Dano patrimonial é aquele facilmente avaliado pecuniariamente, podendo ser simplesmente quantificado, por se utilizar de critérios objetivos, segundo preceitua Sergio Cavalieri Filho:

Podendo ser reparado, senão diretamente – mediante restauração natural ou reconstituição específica da situação anterior à lesão –, pelo menos indiretamente – por meio de equivalente ou indenização pecuniária. (CAVALIERI F., 2002, p. 96-97)

O dano material é compreendido de duas formas: o dano emergente, que trata de prejuízo efetivo, ou seja, o que a vítima realmente perdeu; e o lucros

cessantes que englobam o que a vítima deixou de lucrar ou ganhar em decorrência do prejuízo, assim traz o Código Civil:

Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.

Sabe-se que independente de quaisquer dos dois danos supracitados, o prejuízo causado refletiu na diminuição patrimonial da pessoa que o sofreu.

Há autores que defendem ser indenizável também o dano por ricochete, bastando apenas que o dano indireto seja certo e a sua consequência adeque-se ao ato antijurídico para que haja direito ao ressarcimento, conforme explica Cahali:

Embora o dano deva ser direto, tendo como titulares da ação aqueles que sofrem, de frente, os reflexos danosos, acolhe-se também o dano derivado ou reflexo, *le damage par ricochet*, de que são os titulares que sofrem, por consequência, aqueles efeitos, como no caso do dano moral sofrido pelo filho diante da morte de seus genitores e vice-versa. (CAHALI, 2005, p.116)

Nessa mesma lógica há de se incluir a chamada perda de uma chance. Essa teoria consiste na interrupção, por ato antijurídico, da perda de uma oportunidade de obter no futuro algo benéfico para si, seja uma vantagem ou a prevenção de um prejuízo, que venha efetivamente ocorrer, pois a perda foi definitiva, da seguinte forma:

Deve-se olhar a chance como a perda da possibilidade de conseguir um resultado ou de se evitar um dano; devem-se valorar as possibilidades que o sujeito tinha de conseguir o resultado para ver se são ou não relevantes para o ordenamento. Essa tarefa é do juiz, que será obrigado a fazer, em cada caso, um prognóstico sobre as concretas possibilidades que o sujeito tinha de conseguir o resultado favorável. (CAVALIERI F., 2012, p. 81)

De acordo com a melhor doutrina, para que haja a aplicabilidade da teoria da perda de uma chance, faz-se necessária a probabilidade de sucesso superior a cinquenta por cento. Assim, é possível concluir que não será em qualquer caso, que uma chance perdida será indenizável.

Excepcionalmente, uma corrente minoritária da doutrina defende a possibilidade de uma responsabilidade civil sem prejuízo. Contudo, tal entendimento

não merece prosperar, já que é inescusável a existência de dois elementos – a lesão ao direito e o dano, de acordo com o art. 186 do CC/2002.

Via de regra, o *onus probandi* é de incumbência da vítima, conforme traz o art. 373, inc. I, do CPC/2015. Por outro lado, quando ocorrer a hipossuficiência do autor da demanda, o juiz poderá inverter o ônus da prova, de acordo com o art. 6.º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990 ou até mesmo, proporcionar a distribuição da carga dinâmica das provas, nos termos do art. 1º do seu art. 373 do CPC/2015.

Quando se trata de dano patrimonial não paira dúvida doutrinária e jurisprudencial sobre a responsabilidade de o reparar. De outro modo, quando se refere ao dano extrapatrimonial, tanto a doutrina, quanto a jurisprudência são bastante cautelosas na configuração deste instituto, tendo em face o caso concreto e a subjetividade da vítima.

b) Dano extrapatrimonial é o prejuízo que não está suscetível de valor econômico, e está para além do sofrimento humano, pois conforme novos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, esse conceito evoluiu e contempla também a violação ao nome, à imagem, à voz, à estética.

A base legal de reparação imaterial se dá com o preceito Constitucional e normativo civilista, respectivamente:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A melhor leitura sistêmica aponta para a inferência de que o rol do art. 5º, inciso V e X, não se trata de *numerus clausus*, mas sim exemplificativo. Tanto é que o Código Civil o ampliou expressamente, trazendo em seu “Capítulo II – Dos Direitos da Personalidade” a proteção aos valores da intimidade, vida privada, honra e

imagem, mas também o corpo, o nome, o pseudônimo, a divulgação de escrito e também da manifestação da palavra.

Conforme aduz Vólia Bomfim Cassar:

Há controvérsia na doutrina a respeito do conceito de dano moral e extrapatrimonial. Alguns afirmam que dano moral é sinônimo de dano extrapatrimonial, enquanto outros preferem afirmar que dano moral é espécie do gênero dano extrapatrimonial. A celeuma tem origem no art. 5º da CRFB, isso porque ora afirma que há três espécies de dano (material, moral ou à imagem – inciso), ora aponta o dano moral como gênero, do qual são espécies o dano à honra, à intimidade, à imagem e à vida privada (inciso X).(CASSAR, 2015, p.400)

Apesar de tal controvérsia apontado por Cassar, o melhor entendimento faz-se concluindo que o Dano Moral é uma espécie de Dano Extrapatrimonial, assim como também será espécie deste qualquer outro tipo de dano que se figure na imaterialidade.

Pois bem, quando se falar em dano extrapatrimonial percebe-se que se trata de uma lesão a um bem intangível por sua própria natureza, dado que o indivíduo foi afetado em aspectos imaterial, existenciais, psicológicos e outros não apreciáveis de forma direta e objetiva.

Essa intangibilidade, de certa forma, dificulta a formação de provas e a apreciação do dano e, conseqüentemente, a atribuição de valores econômicos a ele.

O dano extrapatrimonial muitas vezes se materializa em dano moral, o qual o STJ e o TST fazem o seguinte entendimento:

Na concepção moderna da reparação do dano moral, prevalece a orientação de que a responsabilidade do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto. (Resp. 173.124, 4ª. Turma, Rel. Ministro César Asfor Rocha, julgado em 11.09.2001, DJ: 19.11.2001).

“O dano moral caracteriza-se pela simples violação de um direito geral de personalidade, sendo a dor, a tristeza ou o desconforto emocional da vítima sentimentos presumidos de tal lesão (presunção hominis) e, por isso, prescindíveis de comprovação em juízo” (Dallegrave Neto, José Afonso, Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho, 2ª ed. SP: LTr, 2007, p. 154). Daí prescindir, o dano moral, da produção de prova, relevando destacar cabível a indenização não apenas nos casos de prejuízo, mas também pela violação de um direito. (TST, Processo Nº RR-400-21.2002.5.09.0017, Rel. Min. Rosa Maria Weber, DEJT)

É diante desse do entendimento jurisprudencial acima que resta perceptível que o dano moral existe *in re ipsa*, isto é, ele se materializa no próprio fato ofensivo. Aqui a vítima precisaria apenas fazer prova do fato, por exemplo, no âmbito

trabalhista, comprovar que sofreu um acidente do trabalho e este lhe impossibilitou ao labor. Portanto, o sofrimento intrínseco ao ser humano daí resultante é mera presunção fática.

Por outro lado, cabe registrar que não será qualquer sofrimento íntimo que causa dano moral, e o caso apresentado ao judiciário deve ser apreciado de forma peculiar e aliado às provas, fatos e fundamentos elencados nos autos. Além disso, cada ser humano tem um grau de sensibilidade diferente do outro.

Na seara trabalhista, o mero descumprimento de obrigações legais e contratuais não dá ensejo automático ao dano extrapatrimonial. Pois, o empregador de não pagar as verbas rescisória não causou prejuízos à moral do trabalhador, pois o dano é simplesmente patrimonial e passível de quantificação legal.

Assim como também o uso do poder disciplinador, de gerência e de comando, quando desempenhados no exercício regular do direito, do empregador não causa dano moral a pessoa do empregado, por exemplo, a revista pessoal quando necessária, desde que aleatória, o monitoramento por aparelho eletrônico do trabalho do empregado, a atribuição de advertência em mal feitos do empregado.

Diante dessa introdução acerca do dano extrapatrimonial, no capítulo a seguir será tratado os danos imateriais engendrados através da relação de trabalho, com preponderância e de caráter mais minucioso, levando em consideração o entendimento jurisprudencial na caracterização e quantificação de cada.

2. DANO EXTRAPATRIMONIAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO

Diante da modernização social, as relações entre empregado e empregador vêm se tornando cada vez mais complexas, pois são engendradas pelas disparidades existentes nesses vínculos. Essas são as consequências práticas da superioridade jurídica que se encontram os tomadores de serviço.

Estando o empregador em um patamar privilegiado no ambiente de trabalho, este local torna-se propício a desvios de condutas que causem prejuízo a parte mais vulnerável da relação de trabalho, o trabalhador.

Por se tratar de um contrato exercido de forma pessoal é plenamente possível que ocorram desentendimentos entre as partes contratuais e, conseqüentemente, o surgimento de danos, que não tenham relação com as cláusulas do contrato de trabalho, mas da convivência entre empregador e empregado.

Nesse contexto, formulou-se a expectativa de que o trabalhador deveria ocupar uma posição mais equilibrada na relação de trabalho, com o fito de proporcionar equidade às relações de trabalho. É nesse âmbito que surge o princípio protecionista como um dos alicerces do Direito do Trabalho, mas que na prática só se configura na jurisdição trabalhista.

Antes da Emenda Constitucional 45/2004 (reforma do judiciário), o dano extrapatrimonial nas relações de trabalho era uma temática amplamente, por causar dúvidas e incertezas em relação a sua aplicabilidade. Isto porque, a CLT não acompanha as modificações sociais emergentes, ademais, a jurisprudência e a doutrina mantiveram-se favoráveis em aceitar a matéria do dano extrapatrimonial no âmbito das relações de emprego.

Sendo assim, o instituto da responsabilidade civil cominado com a Constituição Federal, e posteriormente com o Código Civil são capazes de suprir lacunas na Consolidação das Leis do Trabalho, gerando uma compatibilidade.

2.1. Dano moral na relação de trabalho

O reconhecimento do dano moral a como prejuízo a ser indenizável trilhou um longo caminho até ser reconhecido juridicamente, dado o reconhecimento deste instituto pelo ordenamento jurídico brasileiro ser bastante incipiente. A doutrina, por

sua vez, tece algumas conceituações à definição apresentada pelo professor Silvio Salvo Venosa é a seguinte:

Dano moral ou extrapatrimonial é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima. Sua atuação é dentro dos direitos da personalidade. Nesse campo, o prejuízo transita pelo imponderável, daí por que aumentam as dificuldades de se estabelecer a justa recompensa pelo dano. Em muitas situações, cuida-se de indenizar o inefável. (VENOSA, 2016, p. 52)

Já o jurista Cahali perfaz o seguinte entendimento:

[...] é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.). (CAHALI, 1998, p. 20)

Em consonância com as conceituações acima, o doutrinado Orlando Gomes aduz que:

[...] a expressão 'dano moral' deve ser reservada exclusivamente para designar o agravo que não produz qualquer efeito patrimonial. Se há consequências de ordem patrimonial, ainda que mediante repercussão, o dano deixa de ser extrapatrimonial. (GOMES, 2000 p. 364)

Diante de tais designações é possível compreender que apesar dos diferentes olhares para o mesmo elemento, estes acabam se coadunando no mesmo sentido. Pode-se concluir que o dano moral nada mais é que um prejuízo intrínseco da personalidade do indivíduo.

A reparação da lesão extrapatrimonial muitas vezes é uma incógnita no âmbito jurídico. É sabido que não se pode ressarcir em sua plenitude, mas tão-somente repará-lo em parte, tendo em vista a dificuldade de restabelecer o *status quo ante*.

Para que haja essa constatação, o dano deverá proporcionar certa intensidade na ofensa à honra e dignidade da pessoa, de tal modo que implique o rompimento do equilíbrio psicológico da vítima, situação esta que será avaliada equitativamente pelo julgador.

Logo, percebe-se que a lesão à moral da pessoa resulta da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Destarte, não se trata de um mero dissabor cotidiano, tristeza, angustia ou mágoa, isto é, um aborrecimento suportável e aceitável no convívio social.

No tocante às explanações dadas acerca do dano extrapatrimonial, de maneira bem sucinta, pode-se inferir que o dano moral trabalhista como sendo a agressão aos direitos personalíssimos do empregado, ou do empregador, desinente da relação de trabalho e sua reparação é assegurada pela Constituição nos seguintes termos:

Art. 7ª São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXVIII- seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Percebe-se, que a responsabilidade civil trabalhista decorre de um dever constitucional e não de um direito comum. Assim, quando o dano moral é decorrente da relação de trabalho a competência para processar e julgar este tipo de demanda é da Justiça do Trabalho, conforme interpretação do art. 114 da CF/88 e súmula do TST, transcrita a seguir:

Súmula nº 392 do TST

DANO MORAL E MATERIAL. RELAÇÃO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (redação alterada em sessão do Tribunal Pleno realizada em 27.10.2015) - Res. 200/2015, DEJT divulgado em 29.10.2015 e 03 e 04.11.2015 Nos termos do art. 114, inc. VI, da Constituição da República, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas, ainda que propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.

Consequentemente, as lesões aos direitos da personalidade da pessoa física (empregado) ou jurídica (empregador), promovidas na vigência do contrato de trabalho são decorrentes de uma responsabilidade de natureza contratual.

Conforme os apontamentos alhures, no âmbito trabalhista, já se encontra superada a possibilidade de figuração do dano extrapatrimonial, em razão da

incidência de danos morais. É bastante palpável quando se trata, por exemplo, de morte do empregado durante o labor, observe o julgado abaixo:

PROCESSO Nº TST-RR-17500-14.2009.5.07.0012.

ACÓRDÃO 4ª Turma GMFEO/RCA/iap

RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MORTE DO EMPREGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. COBRADOR DE ÔNIBUS. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. I. A jurisprudência desta Corte Superior está pacificada, no sentido de que as atividades de motorista e cobrador de ônibus de transporte coletivo implicam risco habitual e acima da normalidade, razão pela qual incide no caso a teoria da responsabilidade objetiva, em que a responsabilização do empregador prescinde da comprovação de dolo ou culpa no evento danoso.

Precedentes II. Recurso de revista de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº TST-RR-17500-14.2009.5.07.0012, em que são Recorrentes DINAMAR CIPRIANO DE OLIVEIRA E OUTRO e Recorrida VIAÇÃO URBANA LTDA.

[...]

ISTO POSTO ACORDAM os Ministros da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, à unanimidade, conhecer do recurso de revista interposto pelos Reclamantes quanto ao tema "Indenização por danos morais e materiais. Morte do empregado. Responsabilidade civil do empregador. Cobrador de ônibus. Atividade de risco. Responsabilidade objetiva", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento, para (a) condenar a Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (b) condenar a Reclamada a pagar aos Reclamantes indenização por danos materiais, na forma de pensão mensal, em valor equivalente ao salário percebido pelo empregado falecido à época do evento danoso, enquanto os Autores viverem, limitando-se o cumprimento dessa obrigação à data em que o filho dos Autores completaria 65 anos de idade; e (c), determinar à devedora constituição de capital, cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão, nos termos do art. 475-Q do CPC¹.

No julgado acima a Colenda Corte aplica a teoria da responsabilidade objetiva nas lides trabalhistas, principalmente, quando a atividade desenvolvida pela empresa pressupõe risco potencial à integridade do trabalhador.

Tal entendimento firmou-se a partir dos fundamentos referentes aos riscos suscetíveis às atividades desenvolvidas por empresas de transporte coletivo em vias públicas. Essas atividades colocam o trabalhador em situações de risco, tendo em vista a possibilidade de acidentes de trânsito e a ocorrências de assaltos.

¹ PROCESSO Nº TST-RR-17500-14.2009.5.07.0012. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/182349244/recurso-de-revista-rr-175001420095070012/inteiro-teor-182349263>. Acessado em: 25 de set. de 2017.

Acertado o entendimento da Corte julgadora, pois o julgado traduz uma sensibilidade com a realidade e com as transformações sociais, em face da enorme desigualdade econômica entre empregado e empregador. Como resultado, insurge a necessidade de se abolir qualquer indagação sobre os aspectos subjetivos do lesante ou perpetrador dos atos ensejam à reparação civil.

Esses riscos mencionados resultam proveitos econômicos em prol do empregador, quando se transformam em lesão à vida ou à integridade física do empregado. Sendo assim, surge o dever de indenizar o trabalhador ou sua família, porquanto, presente a imputação objetiva entre as partes e o resultado danoso. Neste sentido defende a professora Diniz:

A reparação do dano moral cumpre uma função de justiça corretiva ou sinalagmática, por conjugar, de uma só vez, a natureza satisfatória da indenização do dano moral para o lesado, tendo em vista o bem jurídico danificado, sua posição social, a repercussão do agravo em sua vida privada e social e a natureza penal da reparação para o causador do dano, atendendo a sua situação econômica, a sua intenção de lesar (dolo ou culpa), a sua imputabilidade, etc. (DINIZ, 2003, p. 74-75)

Consoante exemplificação dada o dano extrapatrimonial não depende de prova, mas apenas de prova do fato que enseja o dano, entendimento convencional na doutrina e jurisprudência.

Dessa forma, quando ocorre a morte de um empregado, a empresa indiretamente causa danos morais aos familiares, os quais são denominados danos por ricochete.

Nos tribunais de jurisdição trabalhista é possível verificar diversas causas cabíveis o dano moral, como o assédio moral e sexual, a discriminação no trabalho, a demissão abusiva e arbitrária, ofensa à honra e exposição vexatória e a revista íntima.

Por conseguinte, o dano moral na relação laboral, conforme entendimento supracitado, não necessita de prova específica, mas tão somente do elo entre o dano causado e quem o provocou.

2.1.1. Dano moral na fase contratual

O dano moral na fase contratual é ocasionado por descumprimento do empregador quanto as cláusulas contratuais ou abuso de sua autoridade, por exemplo, através de revista pessoal, assédio sexual e moral, acidentes de trabalho, rebaixamento de cargo, discriminação e dispensa discriminatória do emprego.

Além disso, também descreve as alíneas do artigo 483 da CLT, *in verbis*:

Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

- a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
- b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
- c) correr perigo manifesto de mal considerável;
- d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
- e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1º - O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2º - No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

§ 3º - Nas hipóteses das letras "d" e "g", poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.

Conforme o disposto acima, torna-se perceptível que haverá uma devida indenização extrapatrimonial no âmbito contratual, quando o empregador extrapola os limites legais e socialmente toleráveis do seu poder de fiscalização, comando e disciplinados, pois acaba exercendo de uma forma abusiva e arbitrária de modo a invadir a esfera pessoal e íntima do obreiro

Por outro lado, também é cabível a reparação moral de maneira inversa, isto é, ofensa do empregado para o empregador, seja esta pessoa física ou jurídica. Quando o trabalhador pratica atos lesivos à honra e à boa fama do empregador, este comete justa causa. Destacado no dispositivo da CLT:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato de improbidade;

[...]

g) violação de segredo da empresa;

[...]

k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

A Súmula 227 do STJ preceitua ser cabível que a pessoa jurídica também é suscetível à dano moral objetivo, por repercutir de alguma forma no seu crédito, na sua reputação, credibilidade, imagem corporativa ou nome comercial. Isso é observado claramente no acórdão a seguir:

TST – RECURSO ORDINÁRIO 0001396-82.2011.5.01.0063 - RTOrd

ACÓRDÃO

9ª Turma

DANO MORAL SOFRIDO POR PESSOA JURÍDICA. INDENIZAÇÃO. DEVIDA.

O reclamante foi dispensado da reclamada por justo motivo na medida em que repercutiu texto colhido na internet sobre o presidente da empresa e repassou, com comentários, para um sem número de empregados, via rede interna de comunicação – “e-mails”.

[...]

Não nos furtamos ao fato de que tal violação de direito foi originária da matéria expressa à fl. 206, mas foi repassada com comentários ainda mais desabonadores, na evidente tentativa de emoldurar a conduta e o caráter empresarial para todos os funcionários da empresa pelo reclamante.

Ora, não há como se afastar ou matizar a conduta operária, que foi grave, do seu enquadramento nos termos do art. 482, k-CLT.

[...]

A ofensa à boa fama do presidente da empresa no meio corporativo resulta também em ofensa à boa fama empresarial, na medida em que a conduta reprovada pelo ex-empregado no âmbito da empresa, atinge o próprio empreendimento, não se dissociando da imagem do seu presidente. Devida é, portanto, a indenização por danos morais a ser paga pelo trabalhador.

[...]

Sem razão. Conforme fundamentamos linhas acima restou evidenciada a conduta grave operária a dar azo à dispensa por justo motivo, razão pela qual não há que se falar em danos morais e, por conseguinte, qualquer indenização.

Nega-se provimento.

[...]

CONCLUSÃO

Pelo exposto, CONHEÇO dos recursos para, no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao da reclamada para reconhecer a falta grave praticada pelo autor e a pertinência da justa causa rescisória, **excluindo da condenação os direitos cancelados no sentenciado**, a saber: aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais, indenização de 40% do FGTS, tradição do TRCT no código 01 ou indenização substitutiva, bem como julgar parcialmente procedente a reconvenção para deferir à reclamada indenização por danos morais, no valor de um mês de remuneração a ser pago pelo reclamante e NEGAR PROVIMENTO ao do reclamante, nos termos da fundamentação supra, que a este dispositivo integra para todos os fins. Inverte-se o ônus da sucumbência. **Arbitra-se à**

condenação o valor de R\$ 1.000,00. Custas, pelo acionante, no valor de R\$ 20,00.²

Dessa forma, evidencia-se que na relação de emprego o dano moral não é exclusivo do empregado, mas sim comum às duas partes que constituem o contrato, assevera Reginaldo Delmar Hintz Felker:

O dano pode ser caracterizado pelo empregado contra o empregador. Inclusive de pessoa física contra a pessoa jurídica, como seja o caso de empregado promover falsas acusações contra o empregador perante o fisco, ou difamar o empregador pela imprensa. Ocorre, porém, que via de regra, o dano moral advém de conduta do tomador de serviço contra o prestador, pois a conduta reprovável e ilícita decorre exatamente da ascendência econômica, do menosprezo pelo hipossuficiente, pela desmedida ânsia de produtividade e significar maior lucro, pelo desrespeito à dignidade do subordinado e a sensação de onipotência decorrente do poder exercido, além de contar com um exército de mão-de-obra à sua disposição, para a substituição de peças da engrenagem a qualquer momento e, normalmente, por um preço mais em conta. (FELKER, 1996, p. 99)

O ser humano deve conviver e interagir de maneira pacífica, não podendo ultrapassar os limites legais e toleráveis socialmente, a ponto de causar dano a outrem, sem que haja reparação. Para isso, o legislador foi ditoso ao prever a possibilidade de dano moral ao empregado e ao empregador.

2.1.2. Assédio moral

O assédio moral caracteriza-se pela humilhação e constrangimento corriqueiro e repetitivo do obreiro durante a sua jornada de trabalho ou no exercício de suas funções, sendo essencial para sua configuração, uma relação hierárquica, autoritária e sem simetria. A professora Maria Aparecida Alkimin, conceitua o tema do seguinte modo:

O assédio moral no trabalho é uma forma de violência psíquica praticada no ambiente laboral, e que consiste na prática de atos, gestos, palavras e comportamentos vexatórios, humilhantes, degradantes e constrangedoras, de forma sistemática e prolongada, cuja prática assediante pode ter como

² TST – RECURSO ORDINÁRIO 0001396-82.2011.5.01.0063 – RTOOrd. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TRT-1/attachments/TRT-1_RO_00013968220115010063_98750.pdf?Signature=QPbKrmQmHkhiLBXtnBtvqGloUrk%3D&Expires=1507678056&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=f94c5. Acessado em: 20 de set. de 2017.

sujeito ativo o empregador ou superior hierárquico (assédio vertical), um colega de serviço (assédio horizontal), ou um subordinado (assédio ascendente), com clara intenção discriminatória e perseguidora, visando eliminar a vítima da organização do trabalho. (ALKIMIN, 2005, p. 37)

Portanto, o empregador agressor é aquele que agride moralmente um ou mais empregados no trabalho, se valendo, repetida e sistematicamente, de todos os mecanismos maliciosos, cruéis e humilhantes para objetivar o seu intento.

Essas condutas praticadas desestabilizam o empregado no ambiente de trabalho, por ser hostilizado, ridicularizado, inferiorizado, culpabilizado e desacreditado diante dos demais funcionários, forçando-o a desistir do emprego.

De acordo com a doutrina especializada nesta temática, o assédio moral possui três categorias: a vertical descendente (quando parte do superior hierárquico em relação aos seus subordinados); horizontal simples ou coletivo (é a perseguição desencadeada pelos colegas de trabalho em relação a um colega de serviço); e vertical ascendente (quando parte de um ou mais assalariados em relação ao superior hierárquico).

Esse tipo de dano é um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho, uma vez que interfere diretamente na saúde física e mental do trabalhador, podendo até mesmo o levar a cometer suicídio. Assim é destacado o julgo abaixo:

TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 1610220125010401 (TST)

Data de publicação: 18/03/2016

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 13.015 /2014. INDENIZAÇÃO POR **DANO MORAL. ASSÉDIO MORAL.** VALOR ARBITRADO (R\$ 10.000,00). CONDUTA DISCRIMINATÓRIA. EMPREGADA VÍTIMA DE OFENSAS POR PARTE DO PREPOSTO DA RECLAMADA EM RAZÃO DA SUA ORIENTAÇÃO **SEXUAL.**

Antes de examinar o mérito do recurso, oportuno esclarecer que a pretensão de dano moral tem origem no fato de um dos prepostos da ré, Sr. Anailton, endereçar ofensas à autora por conta da sua orientação sexual, cantando músicas ofensivas direcionadas à reclamante na frente de outros empregados (" chupa, chupa, que é de uva ") e fazer " troças "relacionadas" à opção sexual da reclamante "(fls. 82). A reprovada conduta se deu em razão de a reclamante ter orientação sexual diversa de seu gênero (homossexual). Feito este registro, passo analisar a questão deduzida no recurso (pedido de majoração da indenização arbitrada ao dano moral).

[...]

O fato é grave, aliás como reconhece o MM. Juiz prolator da sentença, e intolerável no atual estágio civilizatório em que se encontra a sociedade humana, admitir qualquer tipo de prática discriminatória, quer em relação a raça, credo, ideologia e orientação sexual das pessoas.

[...]

Trata-se de controvérsia a respeito do valor atribuído à indenização por **danos morais** decorrente de **assédio moral**, em que ficou comprovado que a reclamante foi alvo de ofensas por parte do preposto da reclamada relacionadas à sua orientação **sexual**. No caso, a Corte a quo deu parcial provimento ao recurso ordinário da autora para majorar o valor arbitrado à indenização por **danos morais** de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A Corte regional considerou que ficou provado que um dos prepostos da reclamada endereçava ofensas à reclamante em decorrência da sua orientação **sexual** (homossexual), bem como que "inadmissível possa o empregador tolerar condutas discriminatórias levadas a efeito por empregado seu em relação a orientação **sexual** adotada por companheiro (a) de trabalho". Salientou-se, ademais, que "a finalidade da indenização arbitrada ao **dano moral**, ao menos no que toca ao aspecto pedagógico, não foi alcançada em face do diminuto valor fixado para reprimir a intensidade e a gravidade da lesão ao direito da personalidade da vítima e sua repercussão no ambiente do trabalho". **Dessa forma, não há dúvidas de que a empregada tenha sofrido ofensas, xingamentos ou constrangimentos efetivos, em razão de sua orientação sexual, provocando desconforto capaz de gerar um dano moral passível de ressarcimento.**

Diante dos fundamentos expostos, nego provimento ao agravo de instrumento.

ISTO POSTO ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento³.

Conforme verificado no julgado em destaque, o assédio moral ficou caracterizado em face da discriminação sexual contra a funcionária pelo empregador, já em grau de recurso, o Tribunal considerou justa a majoração do danos morais em decorrência das provas anexadas aos autos.

Igualmente, os doutos julgadores para promover o arbitramento desse tipo de dano levaram em consideração o dano causado e sua repercussão na esfera íntima e social da vítima, a maneira como o empregador praticava suas ofensas, além de ponderar a questão do caráter pedagógico.

De forma providente, apesar de não existir uma tabela informando o valor de cada ser humano e dano, o tribunal traçou métodos de se chegar a um valor razoável para que haja a reparação da vítima e a punição do ofensor.

Outrora, registram-se diversas políticas públicas e sindicais que visam promover um ambiente de trabalho saudável, que passa a ser uma conquista diária

³ TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 1610220125010401. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322134975/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-1610220125010401/inteiro-teor-322135008?ref=juris-tabs>. Acessado em: 18 de set. de 2017.

objetivando condições dignas de trabalho, baseadas no respeito e tolerância recíprocos e no incentivo à cooperação.

2.1.3. Assédio sexual

O assédio sexual é uma violência sexual praticada no ambiente de trabalho, que afeta principalmente as trabalhadoras e se caracteriza como meio de exercer controle e poder sobre elas nas relações laborais.

De tamanha gravidade, essa prática possui previsão penal:

Art. 216 – A Constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

A lei visa punir qualquer tipo de constrangimento com o intuito de forçar, compelir ou obrigar a alguém a fornecer favor sexual, utilizando o agressor de sua posição ou autoridade hierárquica e ascendência.

O objetivo do legislador é coibir esse tipo de conduta que viola a dignidade humana, a segurança no trabalho e a igualdade de oportunidades, além de prejudicar a saúde da vítima, que muitas vezes sofre o assédio em silêncio por temor de perder seu emprego.

Ademais, o legislador também agiu de maneira acertada na previsão de aumento de pena quando o assédio sexual for dirigido contra menores de dezoito anos, incluindo assim os jovens aprendizes e os estagiários, os quais muitas vezes se encontram em uma posição duplamente vulnerável, uma por ser um simples bolsista e outra por ser menor.

Para que haja o assédio sexual é necessário que a vítima não seja consensual com as práticas, e esta conduta deve vir de um superior hierárquico que visa obter vantagem ou favorecimento sexual de seu subordinado, conforme entendimento do julgado abaixo:

**TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR
684000720095150132 68400-07.2009.5.15.0132 (TST)**

Data de publicação: 16/08/2013

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA .ASSÉDIOSEXUAL E MORAL. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO.

A testemunha do Juízo, Sr. Ayres Barberini, que foi supervisor da reclamante antes do Sr. Jean, declarou que: 'percebeu que havia um tratamento diferenciado da parte do Sr. Jean com a reclamante; que ele normalmente tinha um comportamento arrogante no trato com os demais funcionários, mas em relação à reclamante se demonstrava mais carinhoso; que a reclamante comentou com o depoente sobre o comportamento do Sr. Jean; que relatou que o mesmo tomava liberdades como passar a mão nos seus cabelos durante o horário de trabalho; que a reclamante deixou bem claro que não estava gostando deste comportamento' (fls. 193)

O próprio Sr. Jean, ouvido como testemunha do Juízo às fls. 194, confirmou seu comentário inoportuno, presenciado pela testemunha Viviane, quando a reclamante foi entregar um atestado médico: 'que o depoente a questionou se não era exame de gravidez e disse 'porque se for gravidez não é do seu marido'.

[...]

1 - De acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte, o que se exige é a prova dos fatos que ensejam o pedido de indenização por danos morais, e não a prova dos danos imateriais, esta, de resto, impossível (os danos morais verificam-se *in re ipsa* - a coisa fala por si). O TRT entendeu que estão presentes os elementos ensejadores da reparação pelos danos morais (dano, omissão, culpa e nexo de causalidade), **pois ficou demonstrado que a reclamante sofreu constrangimento e abalo moral em decorrência do assédio sexual e moral por parte de seu supervisor hierárquico**, conforme o disposto no art. 5º, V, da CF, e que -a responsabilidade da empregadora evidencia-se pelo fato de ter contratado para exercer a função de supervisor uma pessoa que não sabia lidar com os funcionários-. **Não há como se chegar a conclusão contrária nesta esfera recursal, nos termos da Súmula nº 126 do TST.** 2 - A jurisprudência desta Corte estabelece que a revisão do valor arbitrado a título de indenização por dano moral e material apenas é viável quando a condenação se mostre irrisória ou exorbitante, não atendendo à sua finalidade legal. **No caso, foi razoável e proporcional a fixação do montante da indenização por danos morais em R\$ 10.000,00** (dez mil reais), **ante a gravidade do ilícito, a intensidade do dano, a capacidade econômica das partes envolvidas, a duração do contrato de trabalho, a compensação pelo dano sofrido, e o caráter punitivo-pedagógico.** Incólumes os arts. 5º, V, da CF e 944 do CC. 3 - Agravo de instrumento a que se nega provimento.⁴

A Corte Superior desta justiça especializa ao analisar o caso verificou nos autos que a reclamante sofreu assédio sexual por parte de seu superior hierárquico, o qual se aproveitava de sua posição para promover diversas investidas que violam a intimidade da parte.

⁴ TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 684000720095150132 68400-07.2009.5.15.0132 (TST). Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24031657/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-684000720095150132-68400-0720095150132-tst/inteiro-teor-111854894?ref=juris-tabs>. Acessado em: 19 de set. de 2017.

No julgado em tela, os assédios praticados contra a vítima foram presenciados por outros funcionários, contudo, o principal empecilho para a caracterização desse dano é o caráter sigiloso, pois na maioria das vezes é praticado apenas quando a vítima encontra-se isolada.

Nesse liame, quando é possível a identificação do assédio, a justiça trabalhista se limita em punir pecuniariamente o ofensor, tendo em vista que a aplicação da pena é de caráter exclusivo da justiça criminal.

Ante a exposição, resta evidente que o assédio sexual é uma conduta dolosa de teor sexual merecedor de reprovação, porque é considerado desagradável, constrangedor, ofensivo, invasivo e impertinente pela pessoa assediada.

Outrossim, os julgadores devem analisar as provas trazidas nos autos, os depoimentos das partes, e, além disso, levar em consideração as práticas ofensivas e os danos ocorridos, para que haja uma correta monetarização desse tipo de ofensa.

2.1.4. Acidente de trabalho

O acidente de trabalho nada mais é que a lesão ocasionada ao empregado no exercício de suas funções, as quais podem ser corpóreas, causando problemas nas atividades funcionais, redução da mobilidade, doença ou invalidez. Segundo dispõe a Lei nº 8.213/91:

art. 19 Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

O empregador é diretamente responsável pela integridade física de seus prepostos quando estão em operações e processos laborais. Por conseguinte, ele deve sempre buscar a promoção de condições justas, salutareis e favoráveis ao desenvolvimento do trabalho.

Nesse diapasão, versa o Excelentíssimo juiz Rodolfo Pamplona Filho, esclarecendo *in litteris*:

De fato, não há como se negar que, como regra geral, indubitavelmente a responsabilidade civil do empregador, por danos decorrentes de acidente de trabalho, é subjetiva, devendo ser provada alguma conduta culposa de sua parte, em algumas das modalidades possíveis, incidindo de forma independente do seguro acidentário, pago pelo Estado.

Por patamar constitucional e legal, de fato, persiste a obrigação do empregador de reparar os danos ocasionados ao empregado em virtude de acidente de trabalho, além da configuração do nexo de causalidade.

A segurança do trabalhador vai além do fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, compreendendo também a manutenção e reparação de maquinário que o põe em risco e o fornecimento de treinamento adequado visando tanto o exercício da atividade quanto a prevenção de acidentes.

Compreende-se, então, que ao empregador cabe o dever de indenizar, de acordo com a teoria do risco, ou seja, se é o empregador quem cria o risco por meio de sua atividade econômica, a este caberá responder pelos danos causados, independente de dolo ou culpa. Corrobora, esse entendimento com a própria Constituição, por ser clara ao assegurar aos trabalhadores o direito de seguro acidente no âmbito laboral (art. 7º, XXVIII, CF/88), sem excluir a indenização a que está obrigado.

O tomador do serviço responderá quando não observar normas de segurança ou por obrigar o empregado a laborar frequentemente em horas suplementares, causando-lhe desgastes físico e mental, proporcionando o acidente.

Por força do contrato de trabalho é estabelecido que o empregador está obrigado à oferecer condições plenas de trabalho aos seus prepostos, no que pertence à segurança, à salubridade e as condições mínimas de higiene e conforto.

Logo, se no decorrer da jornada de trabalho o empregado sofre danos decorrentes de ação ou omissão intencional, ou de procedência culposa do empregador, responderá perante aquele. Podendo ser perceptível tal afirmativa na decisão abaixo:

Tribunal Superior do Trabalho TST : ARR 241185720145240066
INDENIZAÇÃO POR DANOS ESTÉTICOS. ACIDENTE DE TRABALHO.
PERDA PARCIAL DO DEDO INDICADOR DIREITO. VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), ARBITRADO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA, MAJORADO PARA R\$20.000,00 (VINTE MIL REAIS). Cabe ressaltar que esta Corte vem se posicionando no sentido de que o dano estético é

independente do dano moral, podendo haver cumulação de indenização entre os referidos danos. O mesmo fato - **acidente de trabalho/doença profissional** - pode acarretar, além da indenização por dano moral, o dano estético, pelo sofrimento consubstanciado na alteração da harmonia física da vítima. Assim, a dor intrínseca e o abalo psicológico são indenizáveis a título de dano moral, e os reflexos visíveis no corpo da vítima devem ser indenizados a título de danos estéticos. No caso, o Regional consignou que o acidente acarretou em amputação parcial do dedo indicador direito e que o **dano estético consistiu de lesão externa e visível**, com deformidade física permanente, segundo fotos anexadas à perícia. **Dessa forma, verifica-se que o valor da indenização por danos estéticos em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) encontra-se aquém do dano físico permanente sofrido pelo reclamante, motivo pelo qual se eleva o quantum indenizatório em R\$20.000,00 (vinte mil reais). Recurso de revista conhecido e provido.**⁵

A responsabilidade de obrigação indenizatória por parte do empregador, somente se verificará quando na investigação da causa, ficar comprovado que este dano é consequência direta e imediata (nexo de causalidade) de uma atuação dolosa ou culposa do patrão.

Por outro lado, pode ser que fique comprovada a culpa do empregado no acidente de trabalho por desleixo ao manusear determinado equipamento ou executar tarefas, mesmo existindo todas as orientações e treinamentos necessários.

Por obvio, imputa-se ao empregador o ônus de provar, por exemplo, a ocorrência de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima. Ao mesmo tempo, presumi-se culpa do tomador de serviço quando o acidente ocorrer no horário de trabalho.

Entre as principais causas de acidentes de trabalho no Brasil, destacam-se: a não utilização do EPI adequado, negligência na instrução ao trabalhador, falta de conhecimento técnico, atitudes imprudentes, ausência ou negligência na fiscalização, não manutenção ou não reposição de maquinários.

Antemão, os acidentes de trabalho mais corriqueiros são: quedas, choques contra objetos, golpes provocados por ferramentas, cortes, fraturas, lesões ocasionadas por esforço repetitivo (LER), distúrbios osteomusculares correlacionados ao exercício do trabalho, perda de membros – em especial os dedos.

⁵ TST - REVISTA RR 241185720145240066 (TST). Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/247153079/arr-241185720145240066/inteiro-teor-247153101?ref=juris-tabs>. Acessado em: 19 de set. de 2017.

Vale lembrar que o dano estético na relação de trabalho enquadra-se no acidente de trabalho. Diante da importância de uma aparência física, insurgiu-se o referido dano, que tem por primazia a proteção à integridade física da vítima, de tal modo que o prejuízo é *pretium corporis*, isto quer dizer que o dano será físico com possibilidade de perda de membro, deformidade fisiológica ou danos à saúde. Neste sentido Diniz faz a seguinte observação:

O dano estético é toda alteração morfológica do indivíduo, que, além do aleijão, abrange as deformidades ou deformações, marcas e defeitos, ainda que mínimos, e que impliquem sob qualquer aspecto um afeiamento da vítima, consistindo numa simples lesão desgostante ou num permanente motivo de exposição ao ridículo ou de complexo de inferioridade, exercendo ou não influência sobre sua capacidade laborativa. P. ex.: mutilações (ausência de membros - orelhas, nariz, braços ou pernas etc.); cicatrizes, mesmo acobertáveis pela barba ou cabelo ou pela maquiagem; perda de cabelos, das sobrancelhas, dos cílios, dos dentes, da voz, dos olhos (RJTJSP, 39:75); feridas nauseabundas ou repulsivas etc., em consequência do evento lesivo. (DINIZ, 2015, p. 61-63)

Atualmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua a saúde como sendo, não apenas a ausência de doenças, mas também o completo bem-estar físico, mental e social.

Como já falado, o referido dano versa sobre a estética da vítima, causando abalo a sua autoestima e ao seu psicológico. Aliás, na maioria das vezes, se mostra perceptível à sociedade e promove segregação, repugnância ou penosidade.

Pois bem, para que haja a configuração do dano em questão, a doutrina traz quatro elementos importantes: a lesão causada deve atingir a aparência externa da pessoa; tal prejuízo não precisa ser apenas em local visto por terceiros; o resultado deve ser duradouro ou permanente; o dano estético, necessariamente, enseja dano moral.

Da mesma maneira, tendo em vista a evolução processual, o dano estético tomou forma e assumiu identidade própria, se diferenciando do dano moral. Para tanto dependerá de prova pericial médica para sua constatação e aferição, cujo ônus caberá ao reclamante.

Destarte, como em diversos outros aspectos trabalhistas, a questão fica para ser solucionada pelo entendimento jurisprudencial, onde os magistrados, diante de cada caso concreto, tomam as decisões mediante as provas apresentadas no processo.

2.1.5. Dano existencial na relação de trabalho

O conceito de dano existencial tem origem italiana, passando a ser discutida pela doutrina e fazer parte de vários julgados, sendo classificado como a lesão ao desenvolvimento pessoal do sujeito em face de determinadas renúncias negativas ocasionadas pelo trabalho. Assim explica Flaviana Rampazzo Soares:

O dano existencial é a lesão ao complexo de relações que auxiliam no desenvolvimento normal da personalidade do sujeito, abrangendo a ordem pessoal ou a ordem social. É uma afetação negativa, total ou parcial, permanente ou temporária, seja a uma atividade, seja a um conjunto de atividades que a vítima do dano, normalmente, tinha como incorporado ao seu cotidiano e que, em razão do efeito lesivo, precisou modificar em sua forma de realização, ou mesmo suprimir de sua rotina. O dano existencial se consubstancia como visto, na alteração relevante da qualidade de vida, vale dizer, em um —ter que agir de outra forma ou em um —não poder mais fazer como antes, suscetível de repercutir, de maneira consistente, e, quiçá, permanente sobre a existência da pessoa. Significa, ainda, uma limitação prejudicial, qualitativa e quantitativa, que a pessoa sofre em suas atividades cotidianas. Isso vale tanto para pessoas físicas como para jurídicas. [...] O dano existencial acarreta um sacrifício nas atividades realizadoras da pessoa, ocasionando uma mudança na relação da pessoa com o que a circunda (SOARES, 2009, p. 44-45).

Diante da exposição, compreende-se que o dano existencial consiste de uma frustração factível que tem o condão de impedir a realização pessoal do trabalhador com perda da qualidade de vida e, por conseguinte, modificação *in pejus* da personalidade.

Para que haja a configuração do dano existencial, torna-se essencial a ocorrência de três requisitos, segundo o doutrinador Júlio Cesar Bebbber, o dano injusto, os esforços despendidos para concretização do projeto de vida e a razoabilidade do projeto de vida, conforme é observado no julgado abaixo:

Tribunal Superior do Trabalho TST: RR 10347420145150002 (TST) D INDENIZAÇÃO POR DANO EXISTENCIAL. JORNADA DE TRABALHO EXTENUANTE. O dano existencial consiste em espécie de dano extrapatrimonial cuja principal característica é a frustração do projeto de vida pessoal do trabalhador, impedindo a sua efetiva integração à sociedade, limitando a vida do trabalhador fora do ambiente de trabalho e o seu pleno desenvolvimento como ser humano, em decorrência da conduta ilícita do empregador. O Regional afirmou, com base nas provas coligidas aos autos, que a reclamante laborava em jornada de trabalho extenuante, chegando a trabalhar 14 dias consecutivos sem folga compensatória, laborando por diversos domingos. Indubitável que um ser humano que trabalha por um longo período sem usufruir do descanso que lhe é assegurado, constitucionalmente, tem sua vida pessoal limitada, sendo

despicienda a produção de prova para atestar que a conduta da empregadora, em exigir uma jornada de trabalho deveras extenuante, viola o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, representando um aviltamento do trabalhador. O entendimento que tem prevalecido nesta Corte é de que o trabalho em sobrejornada, por si só, não configura dano existencial. Todavia, no caso, não se trata da prática de sobrelabor dentro dos limites da tolerância e nem se trata de uma conduta isolada da empregadora, mas, como afirmado pelo Regional, de conduta reiterada em que restou comprovado que a reclamante trabalhou em diversos domingos sem a devida folga compensatória, chegando a trabalhar por 14 dias sem folga, afrontando assim os direitos fundamentais do trabalhador. Precedentes. Recurso de revista conhecido e desprovido.⁶

Assim, de acordo com o entendimento jurisprudencial acima, não é qualquer tipo de sobrejornada que enseja o direito de dano existencial, mas sim aquela fora que afronta os direitos e garantias fundamentais do trabalhador.

Como se observa, este tipo de dano é diferente das outras espécies de danos extrapatrimoniais, às vezes chega até a ser confundido com o dano moral e estético, porém resguarda suas particularidades. A lesão existencial ocasionada reflete no projeto de vida da pessoa, nas perspectivas, na vida e relação social, como seu convívio habitual de família e amigos.

Vale lembrar que o dano existencial não tem nenhuma regulamentação normativa, mas apenas contornos doutrinários e jurisprudências que passaram a conceber a existência no ordenamento jurídico.

O dano supracitado, isto é, uma jornada excessiva de labor que impeça o convívio familiar, lazer, comprometimento da saúde do obreiro configura um dano existencial. Todos esses elementos também são plenamente visíveis no trabalho análogo à escravidão.

Como se sabe, na relação de trabalho, as jornadas extraordinárias ocorrem frequentemente porque o trabalhador, por ser parte vulnerável, é obrigado, mesmo que implicitamente, a períodos extenuantes por necessitar daquele trabalho, tendo em vista ser o sustento de sua família.

⁶ <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/255981707/recurso-de-revista-rr-10347420145150002>

3. VALORAÇÃO DO DANO E ESTABELECIMENTO DO *QUANTUM DEBEATUR*

Há quem argumentasse sobre a impossibilidade de reparação pecuniária do dano extrapatrimonial por considerar imoral a compensação do sofrimento com dinheiro.

Mas conforme demonstrado com o advento da atual Constituição Federal, o empecilho criado pela jurisprudência e até mesmo por parte da doutrina, em torno da possibilidade de indenização por danos extrapatrimoniais, foi completamente superado. Assim, preceitua a Constituição nas garantias fundamentais do indivíduo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]

A consagração de uma reparação extrapatrimonial visa compensar a dor suportada pela vítima por se tratar de uma agressão injusta, não assenta nenhuma restrição à sua abrangência.

Nada obstante, o problema dessa compensação está na quantificação do valor a ser percebido, tendo em vista a subjetividade da pessoa que sofreu a ofensa, a qual não poder ser aferida com precisão por terceiro.

Mas cabe ao julgador analisar o conjunto de fatos e provas atrelados aos autos, e, dessa forma, atribuir um valor. Nesse entendimento prega Sebastião Geraldo de Oliveira:

É patente que o dano moral existe '*in re ipsa*', é dizer: ele está ínsito no próprio fato ofensivo. A vítima precisa apenas fazer prova do fato em si, ou seja, demonstrar que foi caluniada ou difamada ou que sofreu um acidente do trabalho que a tornou incapaz para o trabalho. A dor e o constrangimento daí resultantes são meras presunções fáticas. Logo, as circunstâncias agravantes ou atenuantes provadas em audiência e que envolveram a ofensa ao direito de personalidade da vítima podem apenas ser usadas como parâmetros de majoração ou redução no arbitramento do valor, mas jamais para acolher ou rejeitar o pedido de dano moral, o qual é sempre presumido. (OLIVEIRA, 2008, p. 195)

Vale destacar que o juiz tem contato direto com a colheita da prova, com as partes e com os autos, podendo dizer assim, a primeiro momento, que preenche os requisitos considerados satisfatórios para poder decidir e instituir valores. Resguardando o segundo grau de jurisdição a ambas as partes.

3.1. Critérios avaliados na quantificação do dano extrapatrimonial

No Brasil, até o advento da Reforma Trabalhista, que ainda se encontra no período de *vacatio legis*, não existia uma tabela monetária capaz de trazer o *quantum* específico para cada dano, mesmo se houvesse incorreria em um grande equívoco, como bem relata Gonçalves:

Não tem aplicação, em nosso país, o critério da tarificação, pelo qual o quantum das indenizações é prefixado. O inconveniente desse critério é que, conhecendo antecipadamente o valor a ser pago, as pessoas podem avaliar as consequências da prática do ato ilícito e confrontá-las com as vantagens que, em contrapartida, poderão obter, como no caso do dano à imagem, e concluir que vale a pena, no caso, infringir a lei. (GONÇALVES, 2011, p. 397)

Resplandece de toda razão o entendimento deste doutrinador, sendo nítido que sabendo o valor a ser pago diante de um dano e enquadrando no poder econômico do ofensor, este tende a reincidir por não se sentir reprimido e conseguir retirar alguma vantagem, seja humilhando e/ou enriquecendo ilicitamente às custas alheias.

Faz-se mister salientar que a doutrina é amplamente majoritária no que se refere à defesa da liberalidade do juiz em designar o *quantum* indenizatório. Não obstante, cabe ao julgador ser criterioso ao estimar o valor, uma vez que seu trabalho iguala-se ao de um lapidador de pedras preciosas, à medida que a força mal empregada é capaz de arruinar todo o resultado pretendido.

A atividade judicante está diretamente ligada à problemática da fixação do *quantum debeatur*, sob essa perspectiva, tanto a doutrina quando a jurisprudência majoritárias, atualmente, inclinam-se para considerar que o julgador deve levar em consideração os seguintes elementos:

a) A gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (dimensão do dano) – no arbitramento o Juiz deve considerar a gravidade da lesão, bem como seus efeitos, sejam eles permanentes ou passageiros.

b) A intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente) – aqui não trata mais a existência do dano, mas sim como este foi praticado, pois diante da conduta do agente, quando este agir com dolo e má-fé deverá ter uma reprimenda mais severa, a ser caracterizado no montante a ser pago.

c) A eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima) – também há de se considerar na fixação do quantum indenizatório o comportamento da vítima frente às condutas do agressor.

d) A condição econômica do ofensor – as condições pessoais do agressor são elementos preponderantes na fixação do *quantum debeatur*, pois seria inútil a sentença que desconsidera o poder econômico do ofensor, assim como também a prática reiterada de danos.

e) E, de forma cautelosa, considerações pessoais da vítima (posição política, social e econômica) – o magistrado ao levar em consideração a condição econômica da vítima possibilita determina o valor que compense da forma mais justa possível, sem provocar o locupletamento da parte ofendida e a ruína o ofensor. Assim como também pode incluir-se aqui a possibilidade de superação física ou psicológica da parte ofendida.

f) Padrões doutrinários e jurisprudenciais – a doutrina e a jurisprudência são as principais fontes nas teses, fundamentações e determinação de valores, pois norteiam e servem de base para as futuras decisões.

Mas para isso, o juiz não pode desvincular-se do próprio valor apresentado pelo próprio autor na demanda inicial e também revestir-se de razoabilidade na fixação do *quantum*, assim prega o Luís Roberto Barroso, o qual divide a razoabilidade em duas espécies:

Deve ela aferir-se, em primeiro lugar, dentro da lei. É a chamada razoabilidade interna, que diz com a existência de uma relação racional e proporcional entre seus motivos, meios e fins. Inclui-se aí a razoabilidade técnica da medida.

[...]

De outra parte, havendo a razoabilidade interna da norma, é preciso verificar sua razoabilidade externa, isto é: sua adequação aos meios e fins admitidos e preconizados pelo texto constitucional. Se a lei contravir valores expressos ou implícitos na Constituição, não será legítima nem razoável à luz desta, ainda que o fosse internamente. (BARROSO, 2002, p. 156)

Neste sentido trata Diniz:

Na reparação do dano moral o juiz deverá apelar para o que lhe parecer equitativo e justo, mas ele agirá sempre com um prudente arbítrio, ouvindo as razões da parte, verificando os elementos probatórios, fixando moderadamente uma indenização. Portanto, ao fixar o quantum da indenização, o juiz não procederá a seu bel-prazer, mas como um homem de responsabilidade, examinando as circunstâncias de cada caso, decidindo com fundamento e moderação. (DINIZ, 2015, p. 77)

Por seu turno, o desembargador Antônio Elias de Queiroga quando fala:

O arbitramento do valor do dano moral é uma das tarefas mais difíceis do julgador, considerando os valores humanos afetados, que são de caráter inestimável. A concepção naturalista de dano é insuficiente, e não existe, por outro lado, um comando normativo indicando parâmetros. (QUEIROGA, 2003, p. 46).

De tais entendimentos, compreende-se que cabe ao juíza analisá-los, sensivelmente, e valorar os fatos expostos, para que diante de seu livre convencimento, arbitre um valor condizendo com o caso que lhe é apresentado.

3.2. A vedação à Indústria do Dano Moral

O reconhecimento do dano moral pelo ordenamento jurídico brasileiro é bastante incipiente, e a doutrina, por sua vez, tece algumas conceituações acerca desse instituto, a definição dada pelo professor Silvio Salvo Venosa da seguinte forma:

Dano moral ou extrapatrimonial é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima. Sua atuação é dentro dos direitos da personalidade. Nesse campo, o prejuízo transita pelo imponderável, daí por que aumentam as dificuldades de se estabelecer a justa recompensa pelo

dano. Em muitas situações, cuida-se de indenizar o inefável. (VENOSA, 2016, p. 52)

Já o jurista Cahali perfaz o seguinte entendimento:

“é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.).” (CAHALI, 2005, p. 20)

Em consonância com as conceituações acima, o doutrinado Orlando Gomes aduz que:

“a expressão ‘dano moral’ deve ser reservada exclusivamente para designar o agravo que não produz qualquer efeito patrimonial. Se há consequências de ordem patrimonial, ainda que mediante repercussão, o dano deixa de ser extrapatrimonial”. (GOMES, 2010, p. 332)

Dano moral é compreendido pela doutrina como sendo um patrimônio imaterial que transcende a objetividade humana, por ser um elemento inviolável. Esse bem deve ser preservado, conforme entendimento do jurista Nehemias Domingos de Melo :

[...] o dano moral é toda agressão injusta àqueles bens imateriais, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica ou mesmo da coletividade, insusceptível de quantificação pecuniária, porém indenizável com triplice finalidade: satisfativo para vítima, dissuasório para o ofensor e de exemplaridade para a sociedade. (MELO, 2012, p. 57-58)

Diante de tais designações é possível compreender que apesar de diferentes olhares dados para o mesmo elemento, estes acabam se coadunando ao mesmo sentido, o qual se pode concluir que o dano moral nada mais é que um prejuízo subjetivo intrínseco à individualidade de cada ser humano.

A industrialização do dano moral incide na concessão de pretensões autorais com o estabelecimento de indenização. Contudo, o promovente não possui direito para tal ganho, porque suas alegações são fundamentadas em mero dissabor cotidiano, aborrecimento socialmente aceitável, mágoa, angústia, que não são

admissíveis para a atribuição da tutela jurisdicional. De acordo com o entendimento de Zannoni *apud* Diniz:

O dano moral, [...], não é a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois estes estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a consequência do dano. A dor que experimentam os pais da vítima pela morte violenta do filho, o padecimento ou complexo de quem suporta um dano estético, a humilhação de quem foi publicamente injuriado são estados de espírito contingentes e variáveis em cada caso, pois cada pessoa sente a seu modo. O direito não repara qualquer padecimento, dor ou aflição, mas aqueles que forem decorrentes da privação de um bem jurídico sobre o qual a vítima teria interesse reconhecido juridicamente. (DINIZ, 2008, p. 90)

É preciso destacar que o valor pleiteado deve guardar proporção com o dano supostamente causado, sem ressoar em exagerado e absurdo, o que geraria um claro e reprovável enriquecimento sem causa, que é vedado em nosso ordenamento jurídico.

Por outro lado, quando configurado o direito ao ressarcimento, o juiz não pode deixar de julgar e sentenciar um dano extrapatrimonial na justiça do trabalho por inexactidão do quantum indenizatório.

Data máxima vênia, também não se pode estabelecer um parâmetro de valoração, tão somente em benefício da vítima, posto que incorreria em injustiça e transgrediria o princípio da equidade, assim preceitua Cavalieri Filho:

O que configura e o que não configura o dano moral? Na falta de critérios objetivos, essa questão vem-se tornando tormentosa na doutrina e na jurisprudência, levando o julgador a situação de perplexidade. Ultrapassadas as fases da irreparabilidade do dano moral e da sua inacumulabilidade com o dano material, corremos, agora, o risco de ingressar na fase da sua industrialização, onde o aborrecimento banal ou mera sensibilidade são apresentados como dano moral, em busca de indenizações milionárias. (CAVALIERI F., 2012, p. 92-93)

Sendo assim, a quantificação do valor a ser pago pelo ofensor deve considerar benefício para o réu, mas não de forma abusiva, isto é, tem que haver a responsabilidade de um em prol da satisfação do agredido, de forma equânime e equilibrada, através de uma razoabilidade. Tal medida se faz necessária para que não haja indenizações exorbitantes e nem ínfimas, com valores surreais, através de uma prejudicada condenação.

O acesso à justiça deve ser exercido com prudência, posto que a facilidade de se pleitear danos morais cumulada com o benefício da justiça gratuita, de certa forma, acaba de se tornando foco de aventuras jurídicas descabidas, em que no máximo, nada se perde e incha o judiciário.

Desta feita, cabe salientar que situações do cotidiano não podem dar ensejo a indenizações por danos morais, sob pena de se tornar mais difícil a convivência em sociedade, porquanto, a vida em comum.

Acrescente-se, por oportuno, que tanto a doutrina, quanto a jurisprudência, reconhece como requisitos ao dever de indenizar, o ato ilícito, a presença de dolo ou culpa, o dano e o nexo de causalidade.

O instituto da reparação deve traduzir montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que não é aceito o comportamento praticado, ou o evento lesivo advindo. Leva-se sempre em consideração: a gravidade do fato; a intensidade do dolo ou o grau de culpa do ofensor; a eventual participação culposa do ofendido; as condições particulares das partes.

Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, refletindo, de modo expresso, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido.

A quantia a ser fixada deve ter importância economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante, mas não ao ponto de o levar a miserabilidade ou desfalque.

O valor da causa, em ação de reparação de danos morais, é o da condenação postulada se esta já foi de antemão economicamente mensurada pelo autor na inicial. Tudo isso sopesadas as circunstâncias concretas do caso, à luz da prudência e da razoabilidade do julgador.

Portanto, registra-se que os atilamentos de cada caso concreto, insurgem sobre a argumentação da dosimetria na quantificação do valor do dano extrapatrimonial, pois alguns de seus expoentes pretendem valorar tal aspecto, sob o fundamento da uniformidade das decisões, como fator de segurança jurídica.

3.3. O *Jus Postulandi* e o dano extrapatrimonial na seara trabalhista

A Justiça Trabalhista é titular de um dos institutos facilitadores de acesso à justiça, como exemplo, o *jus postulandi*, isto é, a capacidade que a parte tem de postular em juízo sem a assistência de um advogado. Assim traz a CLT:

Art. 791. Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar suas reclamações até o final.

Tal dispositivo se mostra auto explicativo, mas por outro lado, a Constituição confere o caráter essencial e indispensável do advogado para assistir e defender as partes em uma demanda judicial, veja:

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

A atividade advocatícia, de fato, é uma função primordial à administração da justiça, pois é ela quem permitir a resplandecência dos direitos fundamentais e individuais das pessoas almejam, uma vez que o advogado é munido de capacidade técnica, qualificação e entendimento para estar em juízo.

Destaca-se a figura do advogado do sindicato da respectiva categoria, o qual só irá atuar em defesa daqueles que preenchem requisitos específicos para tal, como é o caso do empregado sindicalizado e não perceba renda superior a dois salários mínimos. Expressamente disposto na Lei 5.584/70:

Art 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

§ 1º A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Há também uma figura, praticamente, inexistente na justiça o trabalho que é o Defensor Público do Trabalho, apesar de que a Lei Complementar 80/1994 organiza as Defensorias Públicas no âmbito nacional, e prever este órgão no âmbito da justiça especializada, de acordo com o dispositivo abaixo:

Art. 14. A Defensoria Pública da União atuará nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.

Ocorre que em todo o Brasil não foi implementado esse tipo de assistência jurídica, conseqüentemente, quando o trabalhador não preenche os critérios para subsídio do sindicato ou não possui condições para arcar com um advogado particular, este recorre ao *Jus Postulandi* na justiça laboral.

Outrora, em 2010 com o Tribunal Superior do Trabalho - TST editou a súmula 425 que limitou a prática do *Jus Postulandi* nas instâncias superiores, observe a seguinte redação:

Súmula 425: O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Acertadamente faz-se esse entendimento, visto que para atuar nas instâncias superiores requer um grau de complexidade e rigor técnico material e processual que não é de conhecimento comum, mas sim um profissional.

Aqui se retorna a essencialidade do advogado na postulação de direitos, pois no tramite processual garante a celeridade, a defesa e argumentos pertinentes, além de impedir demandas desnecessárias.

Ademais cabe trazer à baila a deficiência de recursos financeiros e as dificuldades técnicas de comprovação da culpabilidade do empregador. Estes são fatores que impelem a admitir, em muitos destes casos, a adoção da responsabilidade civil, procedendo com a prudente distribuição dinâmica das provas ou até mesmo a inversão do *onus probandi*.

Outro ponto a ser visto, trata-se do Processo Judicial Eletrônico - PJE, o qual vem sendo implantado com efetividade e visa promover a celeridade processual. Por outro lado, inviabiliza o acesso à justiça de quem postula por conta própria, pois a parte não possui ferramenta e conhecimento do sistema para acompanhamento e praticar atos no sistema eletrônico.

Diante disso, é nítido que os hipossuficientes ficam prejudicados na materialização dos seus direitos, principalmente quando se trata na caracterização de danos extrapatrimoniais, pois desconhecem a fundo a legislação e muitas vezes

seus direitos, deixando de lado determinadas condutas que dão ensejo a reparação moral.

A implementação do Processo Judicial Eletrônico por mais que traga vantagens para o judiciário também deve preservar os princípios e garantias fundamentais que estão relacionados aos processos. Logo, a falta de uma assistência jurídica adequada não só inviabiliza o acesso à justiça, como também inviabiliza o direito, sobretudo no que se refere ao *Jus Postulandi*.

3.4. A limitação do dano extrapatrimonial através do artigo 223-G da CLT sob a égide Constitucional

Conforme esclarecido alhures, antes se debatia a questão da insegurança jurídica frente à inexistência de uma tabela quantitativa, a diferença de julgados na ocorrência de casos análogos que acarreta a insatisfação entre os advogados e as pessoas envolvidas.

A maioria dos doutrinadores consultados faz referência às decisões de primeiro grau, aos acórdãos dos tribunais regionais e superiores, com o objetivo de apontar incongruências e disparidades contidas nas sentenças do juízo singular.

Será que a fixação do dano extrapatrimonial novo art. 223-G da CLT, trazido pela Reforma trabalhista, a qual passará vigora em novembro de 2017, é capaz de por fim a essa incerteza jurídica no âmbito trabalhista? A primeira vista, a resposta seria afirmativa, no entanto, quando se promove o diálogo normativo e a este sobrepujar à luz da Constituição, apura-se pela inconstitucionalidade.

Deste modo, destaca-se o dispositivo:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

- I – a natureza do bem jurídico tutelado;
- II – a intensidade do sofrimento ou da humilhação;
- III – a possibilidade de superação física ou psicológica;
- IV – os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;
- V – a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;
- VI – as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;
- VII – o grau de dolo ou culpa;
- VIII – a ocorrência de retratação espontânea;
- IX – o esforço efetivo para minimizar a ofensa;
- X – o perdão, tácito ou expresso;
- XI – a situação social e econômica das partes envolvidas;
- XII – o grau de publicidade da ofensa.

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I – ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;

II – ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;

III – ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;

IV – ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

§ 2º Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1º deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.

A priori, talvez fosse o interesse do legislador em fazer esse enquadramento valorativo para sanar qualquer tipo de disparidade nas indenizações. Esse seria o melhor pensamento.

Apesar disso, os incisos do artigo em comento entram em conflito com seus próprios parágrafos 1º e 2º, uma vez que, pois, mostra-se nítido que engendram uma discriminação legal da pessoa frente ao salário que perceber, além de não existir nenhum parâmetro de razoabilidade ao igualar a reparação extrapatrimonial da pessoa jurídica, nos mesmos moldes de uma física.

Porém a Constituição Brasileira estabelece como objetivo da República Federativa do Brasil, o bem estar social, o qual deve assegurar a inclusão e a reprimenda de prática discriminatórias de qualquer origem, além de punir qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

O legislador originário foi bastante zeloso em trazer a seguinte previsão:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

Dessa forma, não pode se realizar discriminação alguma em face do tipo de trabalho, devendo ser garantida a igualdade de tratamento entre os trabalhos, independente da categoria profissional que se enquadre. Assim também deve ser a preocupação e consagração perante o justicista.

A professora Diniz faz o seguinte entendimento sobre a arbitração do judiciário do dano extrapatrimonial:

[...]na reparação do dano moral o juiz deverá apelar para o que lhe parecer equitativo e justo, mas ele agirá sempre com um prudente arbítrio, ouvindo as razões da parte, verificando os elementos probatórios, fixando moderadamente uma indenização. Portanto, ao fixar o quantum da indenização, o juiz não procederá a seu bel-prazer, mas como um homem de responsabilidade, examinando as circunstâncias de cada caso, decidindo com fundamento e moderação. (DINIZ, 2015, p.77)

Por obvio, qualquer excesso ou radicalização por parte do magistrado importará no enfraquecimento e desmoralização desse instituto em comento.

Nota-se que na reforma trabalhista há uma grande desvalorização do trabalho, porque a tabulação das ilicitudes por critério de aferição salarial vai de encontro aos direitos da personalidade, além de não ser a melhor alternativa, por ser humanamente impossível prever todas as ações que dão ensejo à reparação por dano moral e o consequente valor compensatório. No mesmo entendimento, o Professor Paulo Luiz Netto Lôbo apresenta:

De modo mais amplo, os direitos de personalidade oferecem um conjunto de situações definidas pelo sistema jurídico, inatas à pessoa, cuja lesão faz incidir diretamente a pretensão aos danos morais, de modo objetivo e controlável, sem qualquer necessidade de recurso à existência da dor ou do prejuízo. A responsabilidade opera-se pelo simples fato da violação (*damnu in re ipsa*); assim, verificada a lesão a direito da personalidade, surge a necessidade de reparação do dano moral, não sendo necessária a prova do prejuízo, bastando o nexo de causalidade. Por exemplo, a instituição financeira que promove a indevida inscrição de devedor em bancos de dado responde pela reparação do dano moral que decorre dessa inscrição; basta a demonstração da inscrição irregular. (LÔBO, 2001, p.80)

Não se exclui a admissão de uma previsão legal estipulando um valor mínimo a ser considerado, servindo, assim, como parâmetro. Entretanto, a sua limitação pitoresca com base no valor salarial recebido pelo trabalhador é inconstitucional.

Melhor expressivo enquadra-se esse entendimento quando exemplificado: em um cenário de acidente de trabalho com dois trabalhadores da mesma empresa em que um deles é engenheiro e outro servente, este por sua vez morre, enquanto que aquele tem seu braço amputado.

Diante de uma análise doutrinária e jurisprudencial, os dois empregados restariam enquadrados em uma ofensa de natureza gravíssima. Contudo, o servente recebe mensalmente um salário mínimo, já o engenheiro recebe sete mil reais.

Observe que, diante do exemplo dado, ao se deparar com essas duas decisões com o patamar máximo para a reparação dos danos extrapatrimoniais, isto é, cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido – o engenheiro que perdeu seu membro terá uma indenização moral de 350 mil reais, enquanto isso, os herdeiros do outro empregado terão direito ao montante de 46.850,00 reais.

Com esse simples exemplo, percebe-se que a estipulação trazia pelo artigo tratado engendra uma inconstitucionalidade por ir de encontro aos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Nessa aparente colisão entre os princípios jurídicos, o magistrado deve aplicar o princípio da proporcionalidade para que a dignidade da pessoa humana seja preservada.

A dignidade é bem imaterial que se reveste de valor moral e deve ser protegido pelo Direito e suas normas, como medida de reconhecimento da própria essência e da condição de ser humano. Nesse interim, faz entendimento Ingo Wolfgang Sarlet:

Em suma, cuida-se de saber até que ponto pode o particular (independentemente da dimensão processual do problema) recorrer aos direitos fundamentais nas relações com outros particulares, isto é, se, quando, e de que modo poderá opor direito fundamental do qual é titular relativamente a outro particular, que, neste caso, exerce o papel de destinatário (obrigado), mas que, por sua vez, também é titular de direitos fundamentais? A natureza peculiar desta configuração decorre justamente da circunstância de que os particulares envolvidos na relação jurídica são, em princípio, ambos (ou todos) os titulares de direitos fundamentais, de tal sorte que se impõe a proteção dos respectivos direitos, bem como a necessidade de se estabelecer restrições recíprocas, estabelecendo-se uma relação de cunho conflituoso, inexistente, em regra, no âmbito das relações entre particulares e as entidades estatais (poder público em geral), já que estas, ao menos em princípio, não podem opor direito fundamental aos primeiros. (SARLET, 2000, p. 112-1130)

Por conseguinte, o princípio da dignidade da pessoa humana concede unidade aos direitos e garantias fundamentais inerentes ao ser humano. Além de ser um dos elementos constitucionais norteadores das relações jurídicas, também é instrumento de eficácia social quando se projeta a redução de desigualdades sociais.

E no que tange a ofensa aos princípios constitucionais, assevera Uadi Lammêgo Bulos:

A violação de um princípio compromete a manifestação constituinte originária. Violá-la é tão grave quanto transgredir uma norma qualquer. Não há gradação quanto ao nível de desrespeito a um bem jurídico. O interesse tutelado por uma norma é tão importante quanto aquele escudado em um princípio. Muita vez, uma ofensa a um específico mandamento obrigatório causa lesão a todo o sistema de comandos. (BULOS, 2002 , p. 39)

De caráter constitucional e normativo internacional, a dignidade da pessoa humana é também assinalada em diversos documentos internacionais. Como a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH de 1948, em que repousa seu caráter nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade, no valor da pessoa humana e na igualdade entre as pessoas.

Todos esses elementos fundamentais destacados logo acima promovem o progresso social e melhores condições de vida proporcionando uma liberdade mais ampla. Assim, destacam-se os dispositivos da DUDH de 1948:

Artigo 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 23

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Mesmo diante de todo esse corpo normativo, ainda assim subsiste o aumento expressivo das desigualdades no seio social, cabendo muitas vezes ao judiciário materializar os direitos. Desse modo, aborda o professor Sven Peterke, logo abaixo:

Evidentemente, quando se afirma a judicialização do direito à igualdade, isto significa que tal cláusula constitucional será interpretada como um verdadeiro princípio basilar da própria ordem constitucional na judicialização de demandas pela implementação de direitos que exigem uma atuação direta do Estado quer no campo da implementação direta, quer naquele da regulação. (PETERKE, 2010, p. 259)

O fato de não serem pessoas iguais (no sentido econômico, social e cultural), ensejava o aumento expressivo das desigualdades, e consequentemente, desencadeava na prevalência do mais forte sobre o mais fraco, o que retirava, seguramente, a liberdade deste. (PETERKE, 2010, p. 477)

O anseio de isonomia na sociedade requer um tratamento justo aos que ainda não conseguiram a viabilização e a implementação de seus direitos fundamentais, para que se possa viver com dignidade.

Não cabe apenas ao judiciário seguir e obedecer aos preceitos constitucionais em suas decisões, mas também ao legislador na hora de elaborar e aprovar seus projetos legislativos.

À vista disso, por não subsistir uma isonomia salarial entre os indivíduos, não há de se falar em um arbitramento do *quantum debeatur* com base nos critérios previstos no art. 223-G, §§ 1º e 2º da CLT.

Resta presente a nitidez de que tal dispositivo fomenta a desigualdade e desvaloriza a pessoa do ser humano enquanto trabalhador que recebe, por exemplo, o mínimo nacional.

Neste sentido, é assinalado que as pessoas não são coisas expostas à venda em prateleiras de supermercado, e seus valores não se delimitam aos seus ganhos mensais.

Em consequência, o sofrimento humano não pode e não deve ser restringido ao salário percebido pelo ofendido. Logo, o valor a ser fixado tem a finalidade de compensar o sofrimento do lesado, por isso, o mais adequado é a convenção por meio da equidade realizada pelo magistrado.

Nesse diapasão, ocorre que sempre haverá divergentes julgados, mas em casos esdrúxulos de arbitramento de uma reparação (seja ele além ou aquém), incidirá aqui um controle por parte das instâncias superiores para garantir ao cidadão o respeito à dignidade da pessoa humana, sendo fundamento primordial do Estado Democrático de Direito.

O dano extrapatrimonial é reconhecido constitucionalmente e quando configurado deve ser reparado com base no caso concreto pelo juiz, pois o art. 223-G da CLT traz uma concepção limitadora desnecessária ao instituto.

A vulnerabilidade dos trabalhadores e a injustiça judicial e social que o novo dispositivo irá trazer impactos diretamente a sociedade, por ferir os princípios constitucionais da igualdade e dignidade da pessoa humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade civil é o instituto jurídico que surge com o propósito de ressarcir alguém, que por meio de um ilícito, sofreu algum tipo de dano, seja ele patrimonial ou extrapatrimonial. Independentemente de qual seja a responsabilidade civil (objetiva ou subjetiva).

Assim, demonstra-se que a partir do patamar constitucional, cabe ao empregador ressarcir extrapatrimonialmente o empregado, quando restar comprovada a culpa, pois é ligeiramente responsável pela promoção de condições justas, salutareis e favoráveis ao desenvolvimento do trabalho.

Porém a problemática surge quando se trata da fixação do *quantum debeat* por parte do dano extrapatrimonial, que através do inovador art. 223–G, §§ 1º e 2º da CLT se propõe superar a celeuma jurídica.

Entretanto, ao realizar uma profunda análise deste dispositivo fruto da Reforma Trabalhista, observou-se a existência de apontamentos inconstitucionais do referido artigo, por restar evidente ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e igualdade.

A ilegalidade apresentada envolve a delimitação indenizatória baseada na percepção salarial do empregado, a qual gerará, com toda certeza, uma grande incongruência e injustiça quando arbitrada nos parâmetros deste novo dispositivo trabalhista.

Outro ponto importante é a ciência prévia do agressor no valor máximo permitido pelo 223–G, § 1º da CLT, posto que essa prerrogativa fomentará a conduta ilícita, pelo simples fato de o empregador ter condições de arcar com o prejuízo, passando a ser um simbolismo e não transpirando o viés pedagógico da reparação.

Antemão, a presente obra não se pretendeu apresentar valores a serem seguidos e aplicados de forma incontestável, pois as diversas hipóteses ensejadoras da indenização por dano extrapatrimonial proíbem qualquer metodologia precisa ou vinculativa para uma fixação legal.

Também não subsiste nenhum parâmetro de razoabilidade na compensação da pessoa jurídica igualmente a da pessoa física. Nesse caso, a discriminação é

completamente intencional, haja vista a desconsideração das particularidade das partes.

Portanto, o melhor entendimento faz-se na convenção monetária por meio da equidade realizada pelo magistrado, uma vez que este é apto para julgar a demanda, por se encontrar em contato com as provas e valorar conforme o caso.

Outrora, cabe ao juítrabalhista à responsabilidade de analisar, sensivelmente, e valorar os fatos expostos nos autos para que, diante do princípio do livre convencimento, arbitre um valor condizendo com o que foi praticado.

Destaca-se que a dosimetria aritmética utilizada pelo magistrado deve compreender às funções: punitiva do ofensor, a compensatória do dano à vítima e a desmotivação social da conduta lesiva tanto por parte do agressor, quanto por terceiro. Ficando assim esses critérios supracitados ao talante da prudência do julgador.

Na fixação do ressarcimento, o juiz também deve considerar a gravidade do fato e sua repercussão, a intensidade do dolo ou o grau de culpa do ofensor, a eventual culpa da vítima, as condições particulares das partes, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. Não se afastando disso, conseguirá designar um valor condizendo ao caso.

Cumprе salientar que aos doutos julgadores cabe preservar os princípios do ordenamento jurídico pátrio para não caracterizar o enriquecimento sem justa causa da parte ofendida e resguardar, assim o caráter pedagógico do *quantum* indenizatório.

Ante a exposição, toda a argumentação aqui trazida dilui-se no contexto fático processual de cada caso concreto, o qual deve ser cautelosamente analisado pelo juiz para garantir a ideal realização da justiça. Sendo assim, evidencia-se que o valor a ser monetizado cabe ao exame próprio e único do magistrado.

Frente ao disposto no artigo em comento, art. 223–G, §§ 1º e 2º da CLT, parece correto afirmar que cabe aos íclitos julgadores, quando entender por conveniente, não proceder fundamentadamente com a aplicação desta inovação legislativa.

REFERÊNCIAS

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio Moral na Relação de Emprego**. Curitiba: Juruá, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional**. 2ª ed. Editora Renovar: São Paulo, 2002

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª ed. São Paulo-SP, 2008.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. *Vade Mecum* Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Constituição Federal de 1988**. *Vade Mecum* Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Lei n.º 5.584, de 26 de julho de 1970** (Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5584.htm. Acesso em: 10 de out. 2017.

_____. **Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991** (Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 20 de set. 2017.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 27 de set. de 2017.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva: 2002.

CAHALI, Yusef Said. **Dano Moral**, 3ª Ed. São Paulo: RT. 2005.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho, 11ª edição. Método, 06/2015. [Minha Biblioteca]. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6499-3/epubcfi/6/74\[vnd.vst.idref=chapter25\]!/4/400/4@0:0](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6499-3/epubcfi/6/74[vnd.vst.idref=chapter25]!/4/400/4@0:0). Acesso em: 30 de set. de 2017.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

CIDADE NEGRA. **A Estrada**. Rio de Janeiro: MTV – *Music Television*, 2001. DVD. Faixa 13.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 10. ed. v. 1 e 2 . Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 7º vol., 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Curso de Direito Civil brasileiro: Responsabilidade Civil**. 22 ed. Rev. Ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FELKER, Reginald Delmar Fintz. **O dano Moral no Direito do Trabalho: Trabalho e Doutrina**. São Paulo. Saraiva, 1996, n.10.

GOMES, Orlando. **Obrigações**. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume IV: responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Danos morais e direitos da personalidade**. Revista Trimestral de Direito Civil, Rio de Janeiro. Padma, v. 6, Abril, 01 jun. 2001.

MELO, Nehemias Domingos de. **Por uma teoria renovada para quantificação da indenização por dano moral** (Teoria da exemplaridade). Revista Síntese: Direito Civil e Processual Civil. São Paulo, v. 1, n. 79. 2012.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 4ª ed. São Paulo. LTr. 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 18 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Declaração sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho**. Gênêve, 1998. Disponível em [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_230646.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/---brasil/documents/publication/wcms_230646.pdf) . Acesso em: 14 set. 2017.

PETERKE, Sven (org.). **Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual_Pratico_Direitos_Humanos_Internacionais-1.pdf. Acesso em: 21 de set. de 2017.

QUEIROGA, Elias Antônio de. **Responsabilidade Civil e o Novo Código Civil**. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil - Responsabilidade Civil**. Vol. 4. 20ª Edição - Coleção Direito Civil. Saraiva, 07/2003. [Minha Biblioteca].

SARLET. Ingo Wolfgang. **Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais**. In: SARLET. Ingo Wolfgang (org.). A constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2000.

SOARES, Flaviana Rampazzo. **Responsabilidade civil por dano existencial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TARTUCE, Flávio. **Direito das obrigações e responsabilidade civil**. Vol. 2. 12ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade civil**. Vol. IV. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. Vol. IV. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 03/2016. [Minha Biblioteca].